



MÓDULO

***PRINCÍPIOS,
PROCEDIMENTOS
E PRÁTICA DE
SUPERVISÃO***

2021-2024

DIRETORA GERAL

Suzana Karling

VICE-DIRETORA GERAL

Prof.^a Me. Daniela Caldas Acosta

DIRETOR PEDAGÓGICO

Prof. Me. Argemiro Aluísio Karling

COORDENADORA DO CURSO DE PEDAGOGIA

Prof.^a Me. Tais Reis Leal Murta

ELABORAÇÃO DO CONTEÚDO

Prof. Me. Argemiro Aluísio Karling

Prof.^a Me. Nelci Gonçalves Dorigon

Prof.^a Me. Gabriela de Angelis Barros

Prof.^a Me. Marisa Morales Penati

REVISÃO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Prof. Me. Cleide Durante

Direitos reservados para



INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO E DA CIDADANIA

Av. Carlos C. Borges, 1828 – Borba Gato CNPJ – 02.684.150/0001-97

CEP: 87060-000 - Maringá – PR – Fone: (44) 3225-1197

e-mail: fainsep@fainsep.edu.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
PLANO DE ENSINO	7
INTRODUÇÃO	8
UNIDADE 1	9
ORIGEM E CONCEITOS	9
1 CONCEITO DE SUPERVISÃO EDUCACIONAL	9
2 SUPERVISÃO EDUCACIONAL – QUEM É O SUPERVISOR?	10
3 UM POUCO DE HISTÓRIA	11
4 EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE SUPERVISÃO ESCOLAR	12
5 LEGISLAÇÃO QUE REGULAMENTA A PROFISSÃO DO SUPERVISOR EDUCACIONAL	14
6 PROFESSOR PEDAGOGO: A PROPOSTA DA REDE DE ENSINO DO ESTADO DO PARANÁ	18
7 DIFICULDADES ENFRENTADAS E ATRIBUIÇÕES DO SUPERVISOR EDUCACIONAL	22
UNIDADE 2	27
O SUPERVISOR EDUCACIONAL	27
1 O PAPEL DO SUPERVISOR NO CONTEXTO ATUAL	27
2 O SUPERVISOR COMO MEDIADOR DO ENSINO-APRENDIZAGEM	30
3 PERFIL DO SUPERVISOR	35
4 O PAPEL DO SUPERVISOR FRENTE ÀS NOVAS TECNOLOGIAS	39
UNIDADE 3	42
FUNÇÕES E PRÁTICAS DA SUPERVISÃO	43
1 FUNÇÕES DA SUPERVISÃO	43
2 A PRÁTICA DA SUPERVISÃO	47
3 O CURRÍCULO COMO OBJETO DE TRABALHO DA SUPERVISÃO	49
4 O PAPEL DO SUPERVISOR NA MEDIAÇÃO DO CURRÍCULO	49
UNIDADE 4	53
ATUAÇÃO DO SUPERVISOR	53
1 O PAPEL DO SUPERVISOR COMO MEDIADOR NA CONSTRUÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO	53
2 FORMAÇÃO CONTINUADA – TRANSFORMANDO O FAZER PEDAGÓGICO	55
3 TECNOLOGIA EDUCACIONAL	58
UNIDADE COMPLEMENTAR	61

ENTREVISTA	61
QUESTÕES DE ESTUDO	64
REFERÊNCIAS	67

APRESENTAÇÃO

Olá, prezado acadêmico!

Inicialmente gostaríamos de informá-lo(a) que a missão da FAINSEP é formar profissionais educadores, bacharéis e tecnólogos; ampliar a formação humanística de pessoas para o pleno exercício da cidadania e preparo básico para funções técnicas e serviços gerais; oferecer educação continuada nas mais diversas formas, inclusive para o exercício de docência na educação superior; enfim, promover a educação e a cidadania por todos os meios, utilizando para tal o conhecimento, o desenvolvimento e a aplicação de novas tecnologias e educação a distância.

A FAINSEP é a única instituição de educação superior do Brasil credenciada e reconhecida exclusivamente para educação a distância. Isso comprova sua competência em educação superior.

O conteúdo para estudo é entregue a você já escrito, não precisando anotar o que o professor, nos cursos presenciais, falaria. Aqui o seu trabalho é ler o texto, responder as questões ou problemas e tentar aplicar na vida prática, de acordo com as necessidades.

Dessa forma, saiba que sua formação e profissionalização durante o curso dar-se-á com a construção de conhecimentos e o desenvolvimento de competências necessárias ao exercício da profissão. Com isso, espera-se o desenvolvimento de atitudes de reflexão e análise da atuação profissional e de valores para bem atuar na sociedade como agente de transformação, em busca de uma sociedade mais justa, a partir da identificação e análise sociopolíticas e culturais de seu meio.

No curso será trabalhado o campo teórico e investigativo da área, bem como o processo de aprendizagem. Saiba que na FAINSEP, ao término da graduação, você não terá apenas um diploma, mas, sim, uma mudança e/ou transformação, tanto nos aspectos pessoais como profissionais, tornando-se um indivíduo capaz de autoaprendizagem, crítico, criativo e participativo na busca de uma sociedade mais justa.

Bons estudos!

A Direção.

PLANO DE ENSINO

Módulo: PRINCÍPIOS, PROCEDIMENTOS E PRÁTICA DE SUPERVISÃO

Carga Horária: 60 horas

Código: PPS

1.EMENTA

Conceito de supervisão. Tipos de supervisão. Breve histórico da supervisão escolar. Objetivos da supervisão educacional. Princípios de liderança para o supervisor educacional. Perfil do supervisor educacional. O Papel do Supervisor Frente às Novas Tecnologias. O supervisor educacional no contexto atual. Tecnologia Educacional. Formação continuada e o supervisor educacional. O papel do professor pedagogo no Paraná.

1.1 OBJETIVO GERAL

Conhecer o conceito, os tipos, os objetivos, o histórico da supervisão; o perfil do supervisor e suas funções.

INTRODUÇÃO

O módulo de **Princípios, Procedimentos e Prática de Supervisão**, é muito importante para o curso de Pedagogia, uma vez que supervisor escolar deve ter uma visão macro da escola, ou seja, deve conhecer o processo de ensino e aprendizagem e, assim, contribuir para o bom nível da educação. Neste sentido, a sua participação na educação é entendida como uma conquista, como diálogo e como forma de trabalho dialeticamente do cotidiano, planejando, acompanhando, avaliando e aperfeiçoando as atividades educativas.

O supervisor é o agente do relacionamento professor-aluno, na formação de valores éticos através de uma ação cooperativa para que a educação atinja seus objetivos, envolvendo a todos que participam do processo educacional.

O supervisor, deve ser capaz de pensar e agir com inteligência, equilíbrio, liderança e autoridade, valores esses que requerem habilidade para exercer suas atividades de forma responsável e comprometida. Cabe, portanto, a ele estar sintonizado com as necessidades da comunidade e propor projetos que atendam aos anseios de todos que almejam um futuro melhor.

No entanto, o supervisor enfrenta algumas dificuldades no desenvolvimento de seu trabalho diário, pois trata-se de um trabalho amplo, que envolve tanto a parte burocrática quanto a mediação professor-conhecimento-aluno. Saber agir e executar medidas apropriadas requer muito conhecimento, bom senso e equilíbrio emocional.

Desta forma, este módulo visa instigar reflexões acerca do papel do supervisor escolar, bem como mostrar a sua evolução e aplicação na atualidade, a legislação relativa à formação do supervisor e à competência do supervisor na mediação do projeto político pedagógico. Para tal, durante o módulo tentaremos responder as seguintes questões: “Quem é o supervisor escolar? Qual o perfil de um supervisor escolar? Qual o seu papel frente aos problemas ocorridos no processo ensino-aprendizagem?”

Sabemos que hoje o supervisor escolar deve ter clareza dos desafios a enfrentar e estar disposto buscar recursos que transforme sua realidade. Para isso é preciso ousadia, determinação e criatividade. Assim, este módulo busca articular os conhecimentos acerca da supervisão escolar para formar futuros professores/supervisores cientes de suas responsabilidades e comprometidos com ensino-aprendizagem, assim como viabilizadores de uma educação democrática, visando uma educação significativa e de qualidade.

Bons estudos!

UNIDADE 1

ORIGEM E CONCEITOS

Para começar nossos estudos



“O trabalho dos profissionais da educação em especial da supervisão educacional é traduzir o novo processo pedagógico em curso na sociedade mundial, elucidar a quem ele serve, explicitar suas contradições e, com base nas condições concretas dadas, promover necessárias articulações para construir alternativas que ponham a educação a serviço do desenvolvimento de relações verdadeiramente democráticas.” Mas o quem é o Supervisor Educacional? Qual o seu papel frente aos problemas ocorridos no processo ensino-aprendizagem ?

1 CONCEITO DE SUPERVISÃO EDUCACIONAL

Supervisão, etimologicamente, significa, “*visão sobre*”. Assim, supervisão educacional significa visão sobre todo o processo educativo, para que a escola possa alcançar os objetivos da educação e os objetivos específicos da própria escola, tendo como objetivo maior favorecer a atuação dos professores na melhoria da qualidade da educação.

A supervisão educacional visa à melhoria do processo ensino-aprendizagem e seu aperfeiçoamento. Isso requer:

- O conhecimento da realidade na qual se efetiva o processo de ensino aprendizagem.
- Análise e avaliação dos objetivos que se pretende alcançar.
- Alterações que se fizerem necessárias no contexto escolar.

Neste sentido podemos dizer que, fazer pedagogia é fazer prática teórica por excelência. É descobrir e elaborar instrumentos de ação social. Nela se realiza de forma essencial, a unidade entre teoria e prática. O pedagogo é aquele que não fica indiferente,

neutro, diante da realidade. Procura intervir e aprender com a realidade em processo. O conflito, por isso, está na base de toda pedagogia (Gadotti, 2004).

No dia-a-dia da escola, percebemos a figura de um supervisor lançando-se, pela própria organização da escola, à mercê das necessidades imediatas, mesmo ciente de que assim está se distanciando das propostas de contribuir com a construção de um projeto político que esteja comprometido com o coletivo e com a emancipação dos sujeitos. Isso precisa mudar, mas, para mudar qualquer situação é preciso conhecê-la. O ponto de partida para a mudança está no processo de construção coletiva da prática pedagógica, uma vez que as ações do supervisor são em sua essência de natureza coletiva. Estudos, discussões, reflexão e planejamentos devem fazer parte do trabalho do supervisor.

2 SUPERVISÃO EDUCACIONAL – QUEM É O SUPERVISOR?

O Supervisor, conhecido como especialista da educação, responsável por tornar a prática educativa flexível, receptiva às inovações e às transformações no plano social, científico e tecnológico, surgiu a partir do desenvolvimento e do dinamismo do mundo moderno com a necessidade de uma reformulação na Educação e de uma orientação ao corpo docente, à escola e, posteriormente, à comunidade.

O supervisor tem a tarefa de coordenar, acompanhar e orientar o ensino-aprendizagem e, assim, contribuir para o bom nível da educação. Neste sentido, a sua participação na educação é entendida como uma conquista, como diálogo e como forma de trabalho dialeticamente do cotidiano, planejando, acompanhando, avaliando e aperfeiçoando as atividades educativas.

Na prática diária, o trabalho do Supervisor Educacional se apoia em postulados filosóficos e diretrizes educacionais, contribuindo com o valor científico. O supervisor é o agente do relacionamento professor-aluno, na formação de valores éticos através de uma ação cooperativa para que a educação atinja seus objetivos, envolvendo a todos que participam do processo educacional.

O supervisor pedagógico escolar faz parte do corpo de professores e tem a especificidade do seu trabalho caracterizado pela coordenação – organização em comum – das atividades didáticas e curriculares e a promoção e o estímulo de oportunidades coletivas de estudo. Sendo o supervisor, responsável por coordenar as atividades didáticas e curriculares, essas se tornam interdisciplinares, tanto em seus fundamentos, quanto no sentido da promoção de articulações entre os elementos do processo ensino-

aprendizagem: professores, alunos, objetivos, conteúdos, métodos, avaliação etc (RANGEL, 2008).

As disposições sobre a educação prevista na Constituição Federal, na Constituição Estadual e na Lei nº. 9394/96 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e oferece condições de orientação e formação do Supervisor Educacional. Sendo assim, faz-se necessário reconhecer trabalho como especialista em educação.

3 UM POUCO DE HISTÓRIA

A Supervisão Educacional é uma das atividades mais antigas do acompanhamento do ensinar e aprender. Sabe-se que na Grécia Antiga a Supervisão era considerada treinamento para estudantes e que na Idade Média era enviado às escolas um professor, percebido pelos demais como alguém que controlava as atividades, a fim de garantir que aspectos morais e religiosos da instrução fossem desenvolvidos.

A palavra Pedagogia tem origem na Grécia antiga, *paidós* (criança) e *agogé* (condução), ou seja, escravo encarregado de conduzir as crianças à escola.

Da língua de Homero, o vocábulo vai para o latim em que é encontrado como *paedagogus* com a acepção de 'o que dirige meninos'.

Atualmente, pedagogo é o profissional cuja formação é a Pedagogia.

Em 1958, alguns professores foram mandados para os Estados Unidos para se especializarem e depois fundar os cursos de formação de Supervisão Escolar que logo em seguida espalhar-se-iam por todo o Brasil (através do PABAE – Programa de Assistência Brasileira Americana ao Ensino Elementar).

Na atualidade, a partir da promulgação da atual LDB 9394/96, o Supervisor Escolar recebeu o compromisso de coordenar a elaboração e acompanhar a execução da proposta pedagógica, com a participação da comunidade escolar.

De acordo com Silva Júnior (1995), no seu início, a supervisão escolar foi praticada no Brasil em condições que produziam o ofuscamento e não a elaboração da vontade do supervisor. E esse era, exatamente, o objeto pretendido com a supervisão que se introduzia. Para uma sociedade controlada, uma educação controlada; para uma educação controlada, um supervisor controlador e também controlado.

Para que esse supervisor atendesse as exigências, foi-lhe dito e sugerido que o controle é sempre atributo dos que decidem; decidir é atributo privativo dos que detêm o poder; que não cabe perguntar sobre como as pessoas chegaram ao poder e que a melhor

maneira de servir aos homens é ensiná-los a submeterem-se ao poder que determina suas vidas.

A lição de autoritarismo se fez presente desde o surgimento da supervisão. Mas as pessoas e as instituições crescem, interrogam-se e interrogam suas circunstâncias:

- É possível não ser autoritário?
- É possível ser educado e autoritário?
- Por que não ser solidário?
- É possível ser educador sem ser solidário?

As perguntas foram crescendo de tom e mudando de direção. Aos poucos, o supervisor foi se integrando ao clamor do povo e dispondo-se a participar no debate educacional que se estabelecia. O supervisor/educador foi se dando conta de que a verdade não estava pronta e depositada em suas mãos para que ele a distribuísse aos professores que só poderiam conhecê-la por seu intermédio; o supervisor/educador foi descobrindo, tal como Guimarães Rosa, que mestre não é quem sempre ensina, mas quem, de repente, aprende; o supervisor/educador foi percebendo enfim, que sua tarefa não era transmitir uma mensagem pronta e acabada, mas reunir os educadores para que eles pudessem elaborar sua própria mensagem e com ela tentar mudar para melhor a vida de todas as pessoas a quem a mensagem pudesse ser apresentada.

Coordenando necessidades e aspirações, o supervisor certamente não pode permitir que se revigore seu antigo papel de controlador a serviço dos interesses estabelecidos.

A multiplicidade das tarefas pelas quais responde habitualmente o supervisor é, em realidade e paradoxalmente, a razão maior de sua dificuldade em compartilhar com os demais educadores a grande tarefa da organização coletiva do trabalho na escola pública. Seus problemas iniciam-se com a não delimitação de seu próprio local de trabalho, necessariamente móvel e variável, conforme as tarefas a desempenhar, e crescem exponencialmente com a ausência habitual da necessária localização do trabalho de seus companheiros professores, obrigados a fragmentação de sua jornada e a conseqüente multiplicação dos locais em que ela se realiza.

4 EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE SUPERVISÃO ESCOLAR

Quanto ao supervisor escolar, a concepção empresarial caracterizou sua função como sendo de controle de produção e rendimento do trabalho pedagógico, buscando executar tarefas segundo diretrizes e decisões impostas pelo sistema.

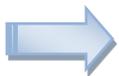
Entretanto, a partir das mudanças ocorridas na história do curso de Pedagogia, teve início uma reflexão com relação ao papel do supervisor no processo educacional. Assim, o supervisor deveria ser um profissional envolvido com a construção de um Projeto Político Pedagógico voltado para a ação escolar, o qual fosse capaz de produzir espaços para se desenvolver o saber escolar.

Até chegar à atual conceituação, o conceito de supervisão escolar sofreu algumas modificações, ou melhor, evoluiu de acordo com o seu objetivo. Podemos citar três fases: Fiscalizadora, Construtiva e Criativa.



Fase Fiscalizadora

Essa fase confunde-se com inspeção escolar, ou seja, tinha como objetivo o cumprimento das leis de ensino, a situação legal dos professores, o cumprimento de datas e prazos, verificação de documentos escolares.



Fase Construtiva

Trata-se de uma supervisão orientadora e reconhece a necessidade de melhorar a atuação dos professores. Surgem os cursos de aperfeiçoamento e atualização dos educadores. Neste sentido, o objetivo maior é examinar as falhas na atuação dos professores.



Fase Criativa

A fase criativa é atual, na qual podemos perceber uma mudança de postura do profissional supervisor que passa de inspetor a colaborador e tem como objetivo o aperfeiçoamento de todo o processo ensino-aprendizagem. Trata-se de um trabalho coletivo visando à interação de todas as pessoas envolvidas no sistema educacional. A supervisão criativa estimula e orienta, de maneira democrática e científica os mestres, a fim de que se desenvolvam profissionalmente e sejam capazes de melhorar o ensino-aprendizagem.



O papel tradicional do supervisor foi superado devido às mudanças no mundo do trabalho, na sociedade e na ampliação da concepção de currículo e de Projeto Político Pedagógico. O mundo contemporâneo 'obrigou' o currículo a incorporar conceitos de poder, multiculturalismo, saberes populares, o que originou novas formas de compreensão da teoria e das práticas pedagógicas.

Diante do desafio da organização curricular da escola colocado pela nova LDB, torna-se necessário conceber um novo papel para o supervisor educacional, onde se priorize a tarefa pedagógica sobre a burocrática, o espírito criativo sobre o legalista e a prática democrática sobre a autoritária. Cabe ao supervisor promover e estimular atividades de crescimento profissional e criar ambientes de estudos e de estímulo para superação das deficiências.

Temos como papel da supervisão educacional a tarefa de exploração do pleno potencial de criatividade e de aprimoramento da educação.

Neste sentido, a Supervisão Escolar passa então a ser uma ferramenta de atuação e tem como princípio a ação-reflexão-ação.

É necessário ressaltar que a educação é uma tarefa e um dever coletivo no mundo de hoje. Na escola, na família e na sociedade, todos educam. Ao profissional da educação cabe a tarefa de contribuir de forma decisiva para a superação dos desafios na escola.

O desafio para o profissional da Supervisão Escolar é enorme e, muitas vezes, o resultado do seu trabalho é sentido em longo prazo. Diante tal situação, deparamos ainda com falta de estrutura, recursos escassos, má vontade dos educadores, dos alunos, dos funcionários administrativos, de uma série de fatores que dificultam o trabalho do Supervisor. Contudo, tal realidade não pode ser empecilho para criar, na sua atividade profissional, meios de transformação.

O supervisor, na atual realidade, é capaz de pensar e agir com inteligência, equilíbrio, liderança e autoridade, valores esses que requerem habilidade para exercer suas atividades de forma responsável e comprometida.

Cabe, portanto, ao supervisor escolar estar sintonizado com as necessidades da comunidade e propor projetos que atendam aos anseios de todos que almejam um futuro melhor. A escola como espaço social e público deve ter esta característica de servir a todos os que a procuram, bem como envolver outros segmentos da sociedade em suas atividades.

A tarefa é árdua, porém, a grande recompensa será a certeza de ter contribuído para a formação e o sucesso de outras pessoas.

5 LEGISLAÇÃO QUE REGULAMENTA A PROFISSÃO DO SUPERVISOR EDUCACIONAL

CÂMARA DOS DEPUTADOS
PROJETO DE LEI N.º 4.106, DE 2012

(Do Sr. Ademir Camilo)

Regulamenta o exercício da profissão de Supervisor Educacional, e dá outras providências.

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE: EDUCAÇÃO E CULTURA; TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO; E CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A profissão de Supervisor Educacional regula-se por esta lei.

Art. 2º O Supervisor Educacional tem como objetivo de trabalho articular crítica e construtivamente o processo educacional, motivando a discussão coletiva da Comunidade Escolar acerca da inovação da prática educativa a fim de garantir o ingresso, a permanência e o sucesso dos alunos, através de currículos que atendam as reais necessidades da clientela escolar, atuando no âmbito dos sistemas educacionais Federal, Estadual e Municipal, em seus diferentes níveis e modalidades de ensino e em instituições públicas e privadas.

Parágrafo Único: O Supervisor Educacional coordenará e irá contribuir nas atividades de planejamento, execução, controle e avaliação do Projeto Político Pedagógico, juntamente com os demais especialistas, direção e professores da Unidade Educativa.

Art. 3º O exercício da profissão de Supervisor Educacional é exclusivo dos portadores de diploma de curso superior em Pedagogia ou em nível de pós-graduação devidamente registrado e reconhecido pelo Conselho Nacional de Educação, nas seguintes modalidades:

- I - de licenciatura plena em Pedagogia e/ou Habilitação em Supervisão Escolar;
- II – de pós-graduação em Supervisão Educacional.

Parágrafo Único: Os diplomas expedidos por instituições estrangeiras devem obedecer ao disposto no parágrafo 2º do art. 48 da Lei nº 9.394, de 1996, que “Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.”

Art. 4º São Atribuições do Supervisor Educacional:

I – Participar, junto com a comunidade escolar, do processo de elaboração e atualização do Regimento Escolar e utilização deste como instrumento de suporte pedagógico;

II - Coordenar, junto com os professores, o processo de sistematização e divulgação das informações sobre o educando, para conhecimento dos pais, criando processos de integração com a escola;

III – Mobilizar os professores da unidade escolar para qualificação do processo ensino-aprendizagem, através da composição, caracterização e acompanhamento das turmas e horário escolar;

IV – Supervisionar o cumprimento dos dias letivos e horas/aula estabelecidos legalmente;

V - Assessorar os sistemas educacionais e instituições públicas e privadas nos aspectos concernentes à ação pedagógica;

VI – Propiciar condições para a formação permanente dos educadores em serviço;

VII – Orientar e acompanhar os professores no planejamento e desenvolvimento dos conteúdos, bem como sugerir novas metodologias que os avaliem na prática pedagógica e aperfeiçoem seus métodos didáticos;

VIII – Planejar e coordenar atividades de atualização no campo educacional;

IV – Coordenar o processo de sondagem de interesses, aptidões e habilidades do educando;

X - Acompanhar o desenvolvimento da proposta pedagógica da escola e o trabalho do professor junto ao aluno auxiliando em situações adversas.

XI- Participar da análise qualitativa e quantitativa do rendimento escolar, junto aos professores e demais especialistas, visando reduzir os índices de evasão e repetência, e qualificar o processo ensino-aprendizagem;

XII – Valorizar a iniciativa pessoal e dos projetos individuais da comunidade escolar;

Art. 5º Supervisor Educacional é sinônimo de Supervisor Escolar e Supervisor Pedagógico, para todos os efeitos dessa Lei.

Art. 6º É direito dos Supervisores Educacionais se organizarem em entidades de classe.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A escola é uma das instituições sociais que necessita de constante ajuste à realidade contemporânea, a fim de cumprir o seu papel na sociedade que é atingir a renovação da ação educativa para exercer uma cidadania plena. Sem educação não há cidadania, por isso é importante a regulamentação deste profissional na escola.

É o Supervisor Educacional que exerce atividade profissional específica, em nível superior com habilitação em Supervisão Educacional. É ele que, no processo didático, é indispensável na escola como elemento articulador no planejamento, no desenvolvimento pedagógico e institucional da Unidade Escolar, atuando nas relações internas e externas da escola, envolvendo os professores, alunos, seus pais e a comunidade como um todo.

Ao se estabelecer um conceito supervisão, é importante esclarecer o sentido etimológico do termo. A palavra Supervisão é formada pelos vocábulos super (sobre) e visão (ação de ver). Indica a atitude de ver com mais clareza uma ação qualquer. Como significação estrita do termo, pode-se dizer que significa olhar de cima, dando uma “ideia de visão global”.

O Supervisor Educacional faz parte do corpo de professores e tem a especificidade do seu trabalho caracterizado pela coordenação – organização em comum – das atividades didáticas e curriculares e a promoção e o estímulo de oportunidades coletivas de estudo.

A supervisão educacional, escolar ou pedagógica constitui-se num trabalho profissional que tem o compromisso juntamente com os professores de garantir os princípios de liberdade e solidariedade humana, no pleno desenvolvimento do educando, no seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho e, para isso assegurar a qualidade de ensino, da educação, da formação humana.

As características da Supervisão Escolar são justificadas a partir do contexto de sua ação. Dizem respeito a procedimentos, objetivos, conteúdos e finalidades. Assim sendo, sua primeira característica é a complexidade de sua função.

Em algumas entrevistas, ao responderem a questão sobre as principais características da atuação da supervisão nas instituições de ensino, os entrevistados foram quase unânimes em dizer que a função de supervisor acopla funções de orientador, assistente social, psicólogo, visando prestar suporte às atividades dos professores no desenvolvimento do currículo escolar.

A regulamentação do exercício profissional é importante e necessária na maioria das profissões. O objetivo de tal procedimento é o de oferecer à sociedade instrumentos para controlar a qualidade do exercício da profissão e exigir o cumprimento dos deveres e direitos dos profissionais.

Sala de Sessões, em 26 de junho de 2012
Deputado Ademir Camilo
PSD/MG

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional

TÍTULO V

DOS NÍVEIS E DAS MODALIDADES DE EDUCAÇÃO E ENSINO

CAPÍTULO IV

DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Art. 48. Os diplomas de cursos superiores reconhecidos, quando registrados, terão validade nacional como prova da formação recebida por seu titular.

§ 1º Os diplomas expedidos pelas universidades serão por elas próprias registrados, e aqueles conferidos por instituições não-universitárias serão registrados em universidades indicadas pelo Conselho Nacional de Educação.

§ 2º Os diplomas de graduação expedidos por universidades estrangeiras serão revalidados por universidades públicas que tenham curso do mesmo nível e área ou equivalente, respeitando-se os acordos internacionais de reciprocidade ou equiparação.

§ 3º Os diplomas de Mestrado e de Doutorado expedidos por universidades estrangeiras só poderão ser reconhecidos por universidades que possuam cursos de pós-graduação reconhecidos e avaliados, na mesma área de conhecimento e em nível equivalente ou superior.

Art. 49. As instituições de educação superior aceitarão a transferência de alunos regulares, para cursos afins, na hipótese de existência de vagas, e mediante processo seletivo.

Parágrafo único: As transferências *ex officio* dar-se-ão na forma da lei.

TÍTULO VI DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Art. 64. A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional.

6 PROFESSOR PEDAGOGO: A PROPOSTA DA REDE DE ENSINO DO ESTADO DO PARANÁ

A IDENTIDADE E ATUAÇÃO DO PEDAGOGO NO CONTEXTO ESCOLAR NO ESTADO DO PARANÁ - Denise Vilane Veiga de Freitas¹

A partir de uma análise histórica da trajetória do Pedagogo, pretende-se explicitar a extinção dos profissionais (especialistas) da educação na figura do Orientador educacional e do Supervisor Escolar e, em seu lugar, a presença do Professor Pedagogo. Sabe-se que cada profissional possui sua especificidade e se torna pertinente conhecer o movimento histórico da Orientação Educacional e da Supervisão Escolar diante das perspectivas da escola.

Vale ressaltar que o cotidiano das escolas era marcado pela presença desses dois profissionais: o que “cuidava” dos alunos e o que “cuidava” dos professores. Sendo assim, justifica-se a análise desses profissionais como se segue.

A Orientação Educacional, no Brasil, teve um enfoque mais psicológico, ressaltando o ajustamento do aluno à escola, à família e à sociedade. Hoje, seu papel deslocou-se dos alunos-problema para todos os problemas dos alunos e da escola, refletindo, analisando e interferindo sobre eles.

Segundo Grinspun (2005, p.76), a Orientação Educacional “tem o papel de mediação na escola, isto é, ela se reveste de mais um campo na escola para analisar, discutir, refletir com e para

todos que atuam na escola – em especial os alunos, não com um tom preventivo, corretivo, mas com um olhar pedagógico”. No entanto, a autora ainda cita alguns dilemas que interferem na atuação do orientador educacional, tais como: a forte influência da Psicologia numa identificação terapêutica, considerando o aluno como único responsável pelo sucesso ou fracasso; atribuições dispersas e mal definidas; e falta de uma formação continuada, entre outros.

Na verdade, a “Orientação Educacional deve ser vista como uma área que pode caminhar junto com todos que buscam uma educação de melhor qualidade e, se possível, numa dimensão mais ampla de um mundo melhor”, assim aponta Grinspun (2005, p. 93). O outro profissional, também com a finalidade de fazer as mediações na escola é o Supervisor Escolar, porém sua imagem já esteve muito ligada ao fato de que ele deveria ser o “líder” do processo na escola. Com tal posicionamento, o professor passou a ter no supervisor um inimigo que inspecionava seu trabalho sem entender do conteúdo, mas que deveria dominar técnicas e metodologias de ensino-aprendizagem (BRZEZINSKI, 1996, 143). Cabe ressaltar que em algumas referências bibliográficas, quando se enfoca a figura do supervisor educacional, encontra-se a nomenclatura de:¹ supervisor escolar, supervisor pedagógico ou coordenador pedagógico para designar o referido especialista da educação.

Buscando pela definição do papel do Supervisor Pedagógico, Vasconcelos (2003) começa sua definição por aquilo que a supervisão não é (ou não deveria ser): não é fiscal de professor, não é coringa, tarefeiro, quebra galho, tapa-buraco, não é generalista, entre outras. O autor define o supervisor como o articulador do Projeto Político-Pedagógico da instituição no campo pedagógico, estabelecendo contatos entre os campos administrativo e comunitário. Tem a função de organizar a reflexão, a participação e os meios de concretizar a tarefa da escola, a qual é propiciar que todos os alunos aprendam e se desenvolvam como seres humanos plenos.

Vasconcelos (2003) afirma que:

O núcleo de definição e de articulação da supervisão deve ser, portanto, o pedagógico (que é o núcleo da escola, enquanto especificidade institucional) e, em especial, os processos de ensino aprendizagem. Neste sentido, a própria concepção de supervisão se transforma, na medida em que não se centra na figura do supervisor, mas na função supervisora, que, inclusive, pode, e deve, circular entre os elementos do grupo, cabendo à coordenação a sistematização e integração do trabalho no conjunto, caminhando na linha da interdisciplinaridade (VASCONCELOS, 2003, p.87).

Verifica-se que o supervisor contribui de maneira significativa para o sucesso da escola quando vê sua tarefa essencialmente pedagógica e, junto com os professores, discute os problemas e busca soluções.

Para elucidar a importância desses profissionais no contexto educacional, recorre-se a Grinspun (2005, p.150), pois ela apresenta-se como defensora dos especialistas em educação – Orientador Educacional e Supervisor Pedagógico – porém, confirma sua posição contrária à dimensão de fragmentação ou divisão do trabalho na escola.

¹Denise Vilane Veiga de Freitas – denisevfreitas@uol.com.br – Professora Pedagoga da Rede Estadual do Paraná

No entanto, cabe aqui repensar a trajetória do pedagogo da Rede de Ensino do Estado do Paraná, que ficou esquecido no período de 1995 a 2002, praticamente desaparecido, pois, qualquer outro docente poderia assumir este cargo, ou seja, orientador e supervisor passam a ser pessoas de confiança da direção, ou até mesmo indicações políticas, assim, não houve preocupação em capacitar esses profissionais para realmente serem articuladores do processo pedagógico.

No período de 2003 a 2006, os licenciados em Pedagogia assumem como professor pedagogo, inclusive aqueles professores concursados que atuavam de 1ª a 4ª série e os oriundos de concurso público; com isso extinguem-se as divisões dos especialistas na organização escolar.

Desta forma, de acordo com a Lei Complementar 103/04, que trata do Plano de Carreira do Professor da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná, estabelece em seu Cap.III, Art. 4º, item V o conceito fundamental de professor, alterando a nomenclatura dos especialistas.

Segundo a referida Lei, Professor: servidor público que exerce docência, suporte pedagógico, direção, coordenação, assessoramento, supervisão, orientação, planejamento e pesquisa exercida em Estabelecimentos de Ensino, Núcleos Regionais da Educação, Secretaria de Estado da Educação e unidades a ela vinculadas (PARANÁ, 2004).

Verificam-se na mesma Lei, em seu Capítulo X, a extinção dos cargos de Orientador Educacional e Supervisor Escolar, em seus artigos 33 e 39.

Art. 33. Os cargos de Professor e Especialista de Educação, que compõem o Quadro Próprio do Magistério da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná, ficam transformados em cargos de Professor, sendo que os ocupantes dos referidos cargos ficam enquadrados no presente Plano de Carreira do Professor, obedecidos os critérios nesta Lei. **Art. 39.** Ficam considerados em extinção, permanecendo com as mesmas nomenclaturas, os cargos de Orientador Educacional, Supervisor Educacional, Administrador Escolar na medida em que vagarem, assegurando-se tratamento igual ao que é oferecido ao Professor, inclusive o direito ao desenvolvimento na carreira, para aqueles que se encontram em exercício. (PARANÁ, 2004)

Assim, faz-se necessário apresentar o que a SEED – Secretaria de Estado da Educação do Paraná no Edital nº. 10/2007, das normas relativas à realização do Concurso Público para o provimento de vagas no cargo de Professor Pedagogo, do Quadro Próprio do Magistério, atuação nos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, descreve como atividades do cargo de Professor Pedagogo nos Estabelecimentos de Ensino da Educação Básica da Rede Estadual do Paraná:

Coordenar a elaboração coletiva e acompanhar a efetivação do Projeto Político-Pedagógico e do Plano de Ação da Escola; coordenar a construção coletiva e a efetivação da Proposta Pedagógica Curricular da Escola, a partir das Políticas Educacionais da SEED/PR e das Diretrizes Curriculares Nacionais e Estaduais; promover e coordenar reuniões pedagógicas e grupos de estudo para reflexão e aprofundamento de temas relativos ao trabalho pedagógico e para a elaboração de propostas de intervenção na realidade da escola; participar e intervir, junto à direção, da organização do trabalho pedagógico escolar no sentido de realizar a função social e a especificidade da educação escolar; sistematizar, junto à comunidade escolar, atividades que levem à efetivação do processo ensino e aprendizagem, de modo a garantir o atendimento às necessidades do educando; participar da elaboração do projeto de formação continuada de todos os

profissionais da escola e promover ações para a sua efetivação, tendo como finalidade a realização e o aprimoramento do trabalho pedagógico escolar; analisar as propostas de natureza pedagógica a serem implantadas na escola, observando a legislação educacional em vigor e o Estatuto da Criança e do Adolescente, como fundamentos da prática educativa; coordenar a organização do espaço-tempo escolar a partir do Projeto Político-Pedagógico e da Proposta Pedagógica Curricular da Escola, intervindo na elaboração do calendário letivo, na formação de turmas, na definição e distribuição do horário semanal das aulas e disciplinas, da hora-atividade, no preenchimento do Livro Registro de Classe de acordo com as Instruções Normativas da SEED e em outras atividades que interfiram diretamente na realização do trabalho pedagógico; coordenar, junto à direção, o processo de distribuição de aulas e disciplinas a partir de critérios legais, pedagógicos e didáticos e da Proposta Pedagógica Curricular da Escola; organizar e acompanhar a avaliação do trabalho pedagógico escolar pela comunidade interna e externa; apresentar propostas, alternativas, sugestões e/ou críticas que promovam o desenvolvimento e o aprimoramento do trabalho pedagógico escolar, conforme o Projeto Político- Pedagógico, a Proposta Pedagógica Curricular, o Plano de Ação da Escola e as Políticas Educacionais da SEED; coordenar a elaboração de critérios para aquisição, empréstimo e seleção de materiais, equipamentos e/ou livros de uso didático-pedagógico, a partir da Proposta Pedagógica Curricular e do Projeto Político-Pedagógico da Escola; participar da organização pedagógica da biblioteca, assim como do processo de aquisição de livros e periódicos; orientar o processo de elaboração dos Planos de Trabalho Docente junto ao coletivo de professores da escola; subsidiar o aprimoramento teórico-metodológico do coletivo de professores da escola, promovendo estudos sistemáticos, trocas de experiência, debates e oficinas pedagógicas; organizar a hora-atividade do coletivo de professores da escola, de maneira a garantir que esse espaço-tempo seja utilizado em função do processo pedagógico desenvolvido em sala de aula; atuar, junto ao coletivo de professores, na elaboração de propostas de recuperação de estudos a partir das necessidades de aprendizagem identificadas em sala de aula, de modo a garantir as condições básicas para efetivação do processo de socialização e apropriação do conhecimento científico; organizar a realização dos Conselhos de Classe, de forma a garantir um processo coletivo de formulação do trabalho pedagógico desenvolvido pela escola e em sala de aula, além de coordenar a elaboração de propostas de intervenção decorrentes desse processo; informar ao coletivo da comunidade escolar os dados do aproveitamento escolar; coordenar o processo coletivo de elaboração e aprimoramento do Regimento Escolar, garantindo a participação democrática de toda a comunidade escolar; orientar a comunidade escolar na proposição e construção de um processo pedagógico numa perspectiva transformadora; ampliar os espaços de participação, de democratização das relações e de acesso ao saber da comunidade escolar; participar do Conselho Escolar, subsidiando teórica e metodologicamente as discussões e reflexões acerca da organização e efetivação do trabalho pedagógico escolar; propiciar o desenvolvimento da representatividade dos alunos e sua participação nos diversos momentos e órgãos colegiados da escola; promover a construção de estratégias pedagógicas de superação de todas as formas de discriminação, preconceito e exclusão social e de ampliação do compromisso ético-político com todas as categorias e classes sociais. (SECRETARIA DO ESTADO DO PARANÁ, EDITAL Nº 10/2007, p. 2 e 3 , 2007)

Diante da leitura e reflexão das atividades genéricas acima citadas, observa-se que houve uma junção das tarefas que até então eram realizadas pelo orientador ou supervisor e que passam a ser desenvolvidas pelo professor pedagogo. No entanto, a formação desses profissionais foi específica, portanto em sua grande maioria, não possuem embasamento teórico para cumprir as exigências que lhe são postas diariamente e o que, muitas vezes, acontece é que o pedagogo acaba atirando para todos os lados e, à medida que é utilizado, serve para “apagar incêndios”, o que, por fim, descaracteriza seu papel.

Então, destaca-se o trabalho da Coordenadoria de Apoio à Direção e Equipe Pedagógica (CADEP), que tem procurado discutir a atuação do Pedagogo na perspectiva do trabalho coletivo na organização escolar, os limites e as possibilidades de exercer esse papel, retomando o que assevera o professor Saviani, quando afirma:

O Pedagogo é aquele que possibilita o acesso à cultura organizada e organiza o processo de formação cultural. É, pois, aquele que domina as formas, os procedimentos, os métodos através dos quais se chega ao domínio do patrimônio cultural acumulado pela humanidade. E como o homem só se constitui como tal na medida em que se destaca da natureza e ingressa no mundo da cultura, eis como a formação cultural vem a coincidir com a formação humana, convertendo-se o pedagogo, por sua vez, em formador de homens (SAVIANI, 1985, p. 27).

Entretanto, é possível perceber que a função generalista está extremamente ligada aos ideais socioeconômicos atuais, tendo em vista um profissional polivalente, eficiente, que atenda as dificuldades de seu serviço e de outros, que entenda a conjuntura estabelecida e evite custos com a mão de obra através da redução do número de profissionais nas escolas. E, isto, certamente, refletirá na organização da escola que tem a tarefa de contemplar todas as exigências cabíveis às instituições de ensino, com um número reduzido de funcionários.

7 DIFICULDADES ENFRENTADAS E ATRIBUIÇÕES DO SUPERVISOR EDUCACIONAL

O supervisor, tendo em vista suas atribuições, enfrenta algumas dificuldades no desenvolvimento de seu trabalho diário. Trata-se de um trabalho amplo, que envolve tanto a parte burocrática quanto a mediação professor-conhecimento-aluno. Saber agir e executar medidas apropriadas requer muito conhecimento, bom senso e equilíbrio emocional.

No exercício de sua função, o supervisor precisa ter clareza dos desafios a enfrentar e estar disposto buscar recursos que transforme sua realidade. Para isso é preciso ousadia, determinação e criatividade.

Para nossa análise, vejamos algumas considerações abordadas por alunos do INSEP em seus estágios:

7.1 Dificuldades percebidas pelos estudantes do curso de Especialização em Administração, Supervisão e Orientação Educacional do INSEP em 25/05/06

- Rejeição do supervisor pelos professores.
- Relacionamento com a equipe administrativa.

- Confiabilidade do trabalho por parte dos professores (docentes descrentes no trabalho do supervisor).
- Falta de conhecimento de metodologia para orientar os professores.
- Pouca orientação aos professores quanto ao planejamento e às dificuldades com os alunos.
- Pouca ou nenhuma oportunidade de estudo individual, realizado pelo supervisor.
- Indefinição do papel do supervisor.
- Professores descomprometidos.
- Limitações dos professores e forma inadequada para auxiliá-los quanto à superação de suas dificuldades.
- Organização do trabalho coletivo, respeitando as diferenças individuais.
- Acúmulo de funções (na falta de outros profissionais da equipe pedagógica).
- Escassez de material pedagógico para dar apoio aos professores.
- Diferenças pessoais que marcam os sujeitos que participam do processo educativo.
- Barreiras culturais como o tradicionalismo e comodismo.
- Elaboração e execução do Projeto Pedagógico.
- Repetência e evasão escolar.
- Pouca inovação metodológica por parte do professor.
- Indisciplina: alunos hiperativos, agressivos, sem limites.
- Despreparo de profissionais quanto a seu trabalho, tendo em vista a diversidade cultural e a inclusão.
- Relacionamento pessoal.
- Pouca participação dos pais nas reuniões, para o acompanhamento do desenvolvimento da aprendizagem de seus filhos.
- Desinteresse de alguns profissionais da educação com relação a cursos de aperfeiçoamento e seminários.
- Interferência da direção no trabalho pedagógico, prejudicando a formação integral do educando.

7.2 Dificuldades e problemas enfrentados pelo supervisor escolar, levantados em reunião de supervisores escolares e orientadores educacionais no Instituto de Educação do Paraná - Curitiba em 12/09/96.

- Dificuldade em articular o trabalho pedagógico e executar a função.
- Pouco apoio dos professores e falta de intercâmbio.
- Professores desatualizados e com formação limitada.

- Dificuldade de aliar a teoria e a prática.
- Pouca motivação do professor, metodologia ultrapassada e desinteresse por aprimoramento e capacitação.
- Professores sem linha de trabalho determinada.
- Falta de definição filosófica, falta de objetividade.
- Resistência à mudança.
- Avaliação quantitativa e meritocrática.
- Pouca conscientização dos professores, quanto à melhora da qualidade de ensino.
- Desvalorização do profissional pelos próprios professores e funcionários.
- Poucos encontros periódicos com profissionais da área para melhor a atuação do profissional da escola.
- Professores desestimulados.
- Trabalho fragmentado.
- Falta de tempo para estudar, dificuldade em planejar.
- Direção administrativa, com pouco interesse no pedagógico da escola.
- Escola de hoje despreparada para o aluno que recebe.
- Conteúdos e metodologias ultrapassados e desinteressantes.

7.3 Alternativas de solução para a supervisão escolar, discutidas em reunião de supervisores e orientadores educacionais no Instituto de Educação do Paraná em 12/09/06

- Funcionários capacitados, equipe pedagógica completa, valorização do professor.
- Cursos de capacitação profissional, maior número de funcionários, salário digno.
- Hora atividade, seminários inter-escolares para professores,
- Reflexão social sobre o papel da escola hoje.
- SEED sintonizada com a realidade e anseios das escolas.
- Resgate das funções, trabalho integrado, cursos/encontros, seminários.
- Projeto Pedagógico interdisciplinar.
- Reorganização dos cursos de formação de professores.
- Definição filosófica, gerenciamento profissional e mais objetivo.
- Encontros de qualificação, reuniões pedagógicas mensais, valorização do profissional.
- Reestruturação do sistema de avaliação.
- Implantação do projeto de “qualidade total das escolas”.
- Tomada de decisões voltadas à coletividade, com profissionalismo e imparcialidade.

- Compromisso dos professores com a educação.
- Capacitação continuada para professores e demais profissionais da educação.



“Enquanto a educação for utópica em sua complexidade, o sonho é necessário para que possamos trilhar um caminho”.

Roberto Giancaterino

Nesta unidade, você aprendeu:

- O supervisor tem a tarefa de coordenar, acompanhar e orientar o ensino-aprendizagem e, assim, contribui para o bom nível da educação.
- A Supervisão Educacional é uma das atividades mais antigas do acompanhamento do ensinar e aprender.
- Até chegar à atual conceituação, o conceito de supervisão escolar sofreu algumas modificações, ou melhor, evoluiu de acordo com o seu objetivo. Podemos citar três fases: Fiscalizadora, Construtiva e Criadora.



Saiba mais sobre essa unidade! Consulte:



<http://meuartigo.brasilecola.com/educacao/a-supervisao-educacional-mudancas-sob-olhar-uma-educacao-.html>

<http://meuartigo.brasilecola.com/educacao/supervisor-educacional-articulador-educacao-qualidade.htm>

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo, SP: Editora Paz e Terra, 1998.

GADOTTI, M. **Pedagogia da práxis**, São Paulo: Cortez, 2004.

LIBÂNEO, J. C. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos.** São Paulo: Loyola, 1984. PIMENTA, S. G. *O pedagogo na escola pública.* São Paulo: Loyola, 1988.

RANGEL, Mary (Org.). **Supervisão pedagógica: princípios e práticas.** 8. ed. São Paulo: Papirus, 2008. 102 p. (Coleção Magistério. Formação e trabalho pedagógico).

SILVA, T. T. **Currículo Documento de Identidade.** Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

VANCONCELLOS, Celso dos Santos. **Avaliação da aprendizagem: Práticas de mudança -por uma Práxis transformadora.** 5 ed. São Paulo: Libertad, 2003.

UNIDADE 2**0 SUPERVISOR EDUCACIONAL**

Para começar nossos estudos!

Sabe-se da função de um supervisor educacional e quanto ele deve ser inovador, competente e sobre tudo, um grande profissional. Não é, jamais, uma tarefa fácil, no entanto, é necessária. Mediante a estas responsabilidades, como poderíamos descrever o perfil de um Supervisor Educacional, perante as necessidades do mundo moderno?

1 O PAPEL DO SUPERVISOR NO CONTEXTO ATUAL

A supervisão tem um papel político, pedagógico e de liderança no espaço escolar. Desta forma é necessário sempre ressaltar, sem desconsiderar o restante da equipe, que o supervisor escolar deve ser inovador, ousado, criativo e, sobretudo, um profissional de educação comprometido com o seu grupo de trabalho. Não se trata de uma tarefa fácil, porém necessária. Neste sentido, não se trata de sentir-se com poder, mas ter humildade também para aprender e ouvir quando o grupo fala. É preciso que o supervisor tenha argumentos teóricos para garantir a continuidade da proposta e a sabedoria de recuar quando sentir que o grupo ainda necessita de mais tempo.

Temos na supervisão uma responsabilidade enorme na coordenação dos processos na escola. Muitas vezes quando se pensa que tudo está bem, entra-se na sala dos professores, nas discussões do dia-a-dia e percebe-se que o discurso mudou, mas a prática não. Assim, o supervisor precisa de maturidade, sensibilidade e muita firmeza para orientar e buscar, coletivamente, soluções para os problemas percebidos.

A sala, o espaço físico da supervisão também é um fator importante. Porta sempre aberta, mesa se possível redonda e muitos livros devem estar à disposição dos professores. O supervisor precisa refletir sempre sobre suas ações, revendo seus referenciais e avançando do trabalho individual para a construção coletiva, do burocrático para o participativo e do julgamento para a valorização.

Muitas são as ações do supervisor, algumas expressadas em textos que norteiam a escola, outras surgidas das necessidades que se estabelecem no âmbito educacional. Sem dúvida não esgotaremos a lista de ações do supervisor, porém, para subsídio de discussão e reflexão podemos citar algumas:

- retomada do Projeto Pedagógico da escola sempre que houver necessidade de reformulação, tendo em vista as mudanças e o contexto escolar;
- realização de reuniões pedagógicas de estudo e planejamento com os professores;
- organização e planejamento dos Planos de Estudos e Reformulações de acordo com o Projeto Pedagógico;
- estudo, redação e organização do material para construção do Regimento escolar, juntamente com o Conselho Escolar e Comissão do Regimento.
- A secretaria de Estado da Educação do Paraná, no edital nº 10/2007 de seleção para o concurso público, indica princípios da participação do pedagogo na gestão escolar:
- coordenar a elaboração coletiva e acompanhar a efetivação do Projeto político Pedagógico e do Plano de Ação da escola;
- promover e coordenar reuniões pedagógicas e grupos de estudo para reflexão e aprofundamento de temas relativos ao trabalho pedagógico e para a elaboração de propostas de intervenção na realidade da escola;
- participar e intervir, junto à direção, da organização do trabalho pedagógico escolar no sentido de realizar a função social e a especificidade da educação escolar;
- sistematizar, junto à comunidade escolar, atividades que levem à efetivação do processo ensino e aprendizagem, de modo a garantir o atendimento às necessidades do educando;
- participar da elaboração do projeto de formação continuada de todos os profissionais da escola e promover ações para sua efetivação, tendo como finalidade a realização e o aprimoramento do trabalho pedagógico escolar;
- analisar as propostas de natureza pedagógica a serem implantadas na escola, observando a legislação educacional em vigor e o Estatuto da Criança e do Adolescente, como fundamentos da prática educativa;
- coordenar a organização do espaço-tempo escolar a partir do Projeto político Pedagógico e da Proposta Pedagógica Curricular da Escola;

- orientar a comunidade escolar na proposição e construção de um projeto pedagógico numa perspectiva transformadora.

No contexto de uma escola em permanente aprendizagem, Alarcão (2008), concebe novas funções para o supervisor que, além de formador de candidatos a professor, deverá ser líder de outras comunidades de aprendentes no interior da escola (alunos, professores...). Para a autora, uma das funções do supervisor consiste em desencadear ou fazer a leitura dos desafios e apoiar pessoas no processo de aprendizagem (no seu próprio ou no dos outros). Tal ação implica capacidade de observação antecipada para detectar desafios emergentes (a leitura das situações), de conceitualização de intervenção estratégica, de comunicação interpessoal e de persistência, de avaliação monitorizadora de processos e resultados.

O Regimento Escolar é outro importante documento, no qual se destacam também as atribuições dos Professores Pedagogos. Tais atribuições baseiam-se no Projeto Pedagógico da escola, tendo em vista as peculiaridades contextuais. Cada instituição é responsável pela construção coletiva de seu Projeto Pedagógico e Regimento. Vejamos algumas possíveis contribuições dos pedagogos, que podem ser descritas de forma diferente de acordo com a realidade escolar de cada local:

- Contribuir para melhorar o processo ensino-aprendizagem por meio de ações de planejamento, orientação, execução, acompanhamento e avaliação.
- Contribuir para a viabilização do processo ensino-aprendizagem por meio de ações de coordenação e articulação de recursos e meios que visem à integração da comunidade escolar e qualidade de seus serviços.
- Trabalhar com os valores e objetivos que fundamentam as ações referidas, direcionando-as, conforme a filosofia e a política da escola, para mudanças no processo para a qualidade da educação.
- Acionar todo o processo educativo, visando à consecução dos objetivos.
- Promover a articulação da filosofia educacional da Escola e o Projeto Pedagógico com a prática.
- Elaborar o plano de ação da Equipe em consonância com a proposta pedagógica da Escola.
- Coordenar e orientar atividades de planejamento, execução, acompanhamento e avaliação da ação docente, com vistas ao aperfeiçoamento do processo ensino-aprendizagem.
- Assessorar e auxiliar a Direção em toda a ação escolar.

- Coordenar as reuniões de Conselho de Classe.
- Organizar, divulgar e manter atualizados, juntamente com a direção, o cronograma de atividades e o calendário escolar.
- Acompanhar o desenvolvimento dos conteúdos que estão sendo trabalhados nas diferentes áreas do conhecimento.
- Supervisionar o processo de avaliação da aprendizagem, acompanhando e analisando os resultados do desempenho dos alunos.
- Avaliar o desempenho do corpo docente no processo ensino-aprendizagem, com vistas à tomada de decisões.
- Acompanhar a execução do Projeto Pedagógico na escola, propondo ações conjuntas pertinentes.
- Assessorar e avaliar a implementação dos programas de ensino e dos projetos desenvolvidos na escola.
- Acompanhar o processo de ensino, atuando junto aos professores, alunos e pais.

Como as escolas não são iguais, são unidades diferentes ligadas a um mesmo sistema de ensino, a forma que o supervisor utiliza para investigar seu espaço não pode ser a mesma. Cada escola possui especificidades em termos de comunidade, alunos, professores, e administração. A forma como a escola foi construída, a disposição dos pavilhões, das salas de aulas, das classes para os alunos sentarem, dos corredores, do pátio (em relação ao espaço que a circunda) e, ainda, a receptividade e a disponibilidade da comunidade para com a escola e da escola para com a comunidade apresentam diferenças acentuadas de uma escola para outra. Isto indica a impossibilidade de existir atuação igual para o supervisor em todas as escolas.

Cada instituição tem sua forma própria de encaminhar o trabalho do supervisor, considerando suas necessidades, seus desejos e seus projetos.

2 O SUPERVISOR COMO MEDIADOR DO ENSINO-APRENDIZAGEM

O Supervisor tem um papel fundamental no contexto escolar. Ele deve ser promotor e incentivador das mudanças necessárias na escola, promovendo o diálogo, a reflexão da situação atual da escola, bem como suas necessidades e possíveis ações concretas para democratizar e contextualizar o ensino.

Somente através de uma educação democrática, com a possibilidade de trabalhar a realidade da comunidade escolar dentro dos ambientes educativos, é que conseguiremos programar uma educação significativa e de qualidade.

De acordo com as ideias de Melchior (2001), houve nova configuração do papel do supervisor, que deixou de ser apenas um técnico burocrático, passando a um educador consciente, reflexivo e crítico que está a serviço da promoção do desenvolvimento humano e técnico daqueles que com ele atuam. O supervisor escolar, tendo em vista as novas concepções do ensino-aprendizagem, necessita ser um adepto do trabalho em equipe, do diálogo e da interação.

Neste sentido, cabe ao supervisor a articulação de todo o conjunto escolar (professores, alunos, pais, direção, comunidade educativa em geral), buscando, assim, a melhoria do ensino e o alcance da aprendizagem.

Nessa perspectiva, o supervisor escolar deve auxiliar aos professores, conquistando em primeiro lugar a sua confiança, bem como demonstrar objetivos claros que visem ao crescimento de todos, transformando-os em objetivos comuns. Como articulador, o supervisor escolar deve promover reuniões de estudos, encontros, seminários de atualização para os professores, incentivando sua presença nestes eventos. Gostar de ler e incentivar a leitura, colocando à disposição bibliografias para estudos e discussões são ações imprescindíveis no seu plano de trabalho. Auxiliar nas dificuldades da ação docente, colocando-se à disposição para ajudar, mostrando que todos fazem parte de uma grande equipe de trabalho, com suas funções específicas, porém visando um objetivo comum: a qualidade do ensino e da aprendizagem.

É função primordial do Supervisor Escolar acompanhar o planejamento, a execução e a avaliação da ação docente. Dessa forma, dirigir um grupo de trabalho, conduzir reuniões, formar e renovar equipes, enfrentar e analisar situações de problemas profissionais, administrar conflitos farão parte da rotina de um supervisor escolar.

Como diz Melchior (2001), é nesse contexto que se faz importante o papel do Supervisor, não daquele Supervisor da década de 70, controlador, que causava temor a todos os professores, com função mais burocrática que pedagógica, mas de um educador que seja capaz de liderar um grupo, oportunizar aperfeiçoamento.

A sociedade em geral, bem como o sistema de ensino, as escolas e a prática dos educadores, necessitam de uma transformação para o urgente resgate da qualidade das relações humanas e com a natureza, do mundo do trabalho e das condições sociais, bem como para buscar a realização de um ensino com qualidade. A função e ação supervisora

estão ligadas diretamente com a transformação da realidade. Cabe ao supervisor agir como condutor e incentivador de mudanças no âmbito escolar.

Para ser um supervisor escolar, somente ter esse desejo não basta: faz-se necessário conhecimento teórico e flexibilidade para pensar e repensar a prática pedagógica, tanto a prática do professor, quanto sua própria ação.

A mudança que tanto se fala em Educação não deve ser aguardada fora da escola, pelo contrário: as mudanças devem ser internas, no contexto e realidade de cada escola, nas práticas pedagógicas diárias, na boa vontade de todos os envolvidos. Por meio do estudo, da pesquisa e da reflexão será possível encontrar caminhos e soluções para os problemas enfrentados no âmbito educacional.

Neste sentido, torna-se de suma importância investir na formação continuada dos professores. É preciso capacitar os professores, ampliando a visão de mundo deles e de conhecimento e colocando-os como agentes transformadores, capazes e dinâmicos.

O supervisor escolar é um agente de mudanças, transformações, por isso, deve ter espírito desafiador e ser um pesquisador. O supervisor deve ter sempre presente a competência pedagógica a qual busca, mas também não esquecer, principalmente, do seu papel humanizador, pois trabalha com pessoas, que são os professores. Deve, portanto, buscar a compreensão e consideração por estes, que também buscam seu espaço e valorização.

Para desenvolver um trabalho de boa qualidade, o supervisor precisa ser um constante pesquisador, é necessário que ele antecipe conhecimentos para o grupo de professores, lendo muito, não só sobre conteúdos específicos, mas também livros e diferentes jornais e revistas. Entre as tarefas do supervisor estão: ajudar a elaborar e aplicar o projeto da escola, oferecer orientação em questões pedagógicas e, principalmente, atuar na formação contínua dos professores.

O supervisor deve orientar a transposição da teoria para a prática escolar, refletir sobre o trabalho em sala de aula, estudar e usar as teorias para fundamentar o fazer e o pensar dos docentes. Um bom supervisor deve apresentar em seu perfil as seguintes características: auxiliador, orientador, dinâmico, acessível, eficiente, capaz, produtivo, apoiador, inovador, integrador, cooperativo, facilitador, criativo, interessado, colaborador, seguro, incentivador, atencioso, atualizado, informado e comprometido com o ensino-aprendizagem e amigo.

A supervisão escolar passa então a ser uma ferramenta de atuação, tendo como princípio o fazer, o agir, o movimentar, o envolver-se, o modificar. Como é possível observar, a educação é uma tarefa e um encargo coletivo no mundo de hoje, logo Cunha

(2006) salienta que é imprescindível que o profissional da educação contribua decisiva e decididamente para melhor fluir os projetos propostos para a resolução de problemas e enfrentamentos de desafios na escola.

Além do querer, que deve ser o desejo que move o supervisor, é preciso que este querer concretize-se no fazer. Para se construir sociedades humanas é preciso interessar-se por pessoas, neste âmbito, por professores e crianças/adolescentes. É importante, desta forma, aceitar como as crianças vêm, mas não as deixar sair da mesma forma que entraram. Precisamos preparar nossos alunos para que possam interagir no mundo e na sociedade atual com todas suas exigências. O segredo do sucesso está em ouvir os educadores e educandos em suas dificuldades e necessidades, buscando estabelecer um canal de comunicação que possibilite que sejam ouvidos.

É preciso comprometer-se com o desenvolvimento social, educacional e familiar de todos os educandos. O papel da escola hoje é formar pessoas fortalecidas por seu conhecimento, equilibradas, capazes de autocrítica, solidárias com o mundo exterior e capacitadas para enfrentar o mundo do trabalho e da realização profissional.

Vemos assim que o desafio para o profissional da Supervisão é enorme e compete ao Supervisor criar condições próprias para este grande projeto que é o fortalecimento da relação educador-conhecimento-educando, ou seja, para a qualidade do ensino-aprendizagem.

Neste caminho do fazer existem muitos desafios: falta de estrutura física, recursos escassos, desinteresse de educadores e alunos etc., mas isso não pode impedir que o supervisor busque meios de mudar esta realidade, não desistindo frente aos obstáculos.

O supervisor, na atual realidade, é capaz de pensar e agir com inteligência, equilíbrio, liderança e autoridade. São valores que requerem habilidade para exercer suas atividades de forma responsável e comprometida.

Sabemos que os sinais de descaso estão por toda à parte. A falta de interesse de nossos governantes, falta de recursos nas escolas, baixos salários, falta de um projeto sério de escolarização e políticas públicas em todos os níveis. Por tudo isso, no papel de supervisores, devemos realizar, de forma audaciosa, nossa função, tendo compromisso com o aluno e nos importando com todos aqueles que passam pelo espaço da escola.

Sabemos que, quanto maior for nossa autoridade, mais responsabilidade teremos. Por isso, o supervisor precisa estar sintonizado com as necessidades da comunidade e propor projetos que atendam aos anseios de todos que almejam um futuro melhor.

Somente sendo um profissional comprometido com as necessidades de todos os envolvidos no âmbito educacional, tendo um forte senso de responsabilidade e de iniciativa,

é que seremos profissionais de sucesso. O grande sucesso que o supervisor escolar terá em sua vida pessoal será a certeza de ter contribuído para o sucesso de muitas vidas que cruzarão seu caminho no decorrer dos anos de trabalho.

Colaborar na formação de um cidadão que estará agindo e interagindo na sociedade é uma grande responsabilidade. A escola tem, portanto, a obrigação de fazer o melhor a seus alunos que buscam neste local (a escola) o amparo para seu desenvolvimento.

Diante das diferentes e diversificadas funções do supervisor escolar, podemos citar como a de maior relevância a de coordenador e mediador. Um profissional que inspire confiança, conhecimento e ofereça abertura para a diversidade de ideias existentes no contexto escolar. Afinal, como salienta nosso maior educador:

Se, na verdade, o sonho que nos anima é democrático e solidário, não é falando aos outros, de cima pra baixo, sobretudo, como se fôssemos os portadores da verdade a ser transmitida aos demais, que aprendemos a escutar, mas é escutando que aprendemos a falar com eles (FREIRE, 1998, p. 127).

É diante destas responsabilidades que se fazem necessárias mudanças significativas na formação e postura do supervisor escolar. Faz-se necessário dar novo sentido a supervisão, compreendê-la e perceber sua importância. O supervisor deve desempenhar a função de líder e, para isso, deve oferecer seu exemplo de trabalho e dedicação. Para isso, é preciso muita reflexão sobre o papel e a ação supervisora. Por isso, avaliar a prática é o caminho para aprimorar o trabalho e alcançar os objetivos.

Na forma da Lei, o supervisor educacional tem como objetivo de trabalho articular crítica e construtivamente o processo educacional, motivando a discussão coletiva da comunidade escolar acerca da inovação da prática educativa cujo fim é garantir a qualidade do ensino, o ingresso, a permanência e o sucesso dos alunos. Podemos, assim, questionar: que mecanismos e ferramentas o supervisor escolar poderá utilizar para efetivar sua prática e quais saberes serão necessários?

Um supervisor consciente de suas responsabilidades, possibilidades e limitações, poderá desenvolver seu trabalho com qualidade, visando à melhoria do ensino-aprendizagem. É necessário que o supervisor escolar tenha uma visão macro de todo o processo ensino-aprendizagem, de tal forma que possa perceber que, para se alcançar o objetivo de um trabalho, não se pode perder a dimensão humanística, inerente a qualquer atividade trabalhista. Trabalhamos com pessoas e para pessoas e, portanto, temos que saber lidar com as diversas situações do cotidiano das relações sociais que ocorrem no interior da escola e da comunidade adjacente. Por isso é necessário saber articular e mediar conflitos, gerar oportunidades de participação e acesso na comunidade escolar. Enfim, a

prática da supervisão deve possibilitar ao outro o sentimento de inclusão no processo, o sentimento de estar vivo e fazer parte da escola.

O campo da supervisão conheceu, nos últimos anos, um grande desenvolvimento. A supervisão ganhou uma dimensão autorreflexiva e autoformativa à medida que os professores começaram a adquirir a confiança na relevância do seu conhecimento profissional e na capacidade de fazerem ouvir a sua voz como investigadores da sua própria prática. A ação do supervisor visa ao ensino-aprendizagem e pode ser realizada diretamente com o professor ou sem a presença dele. Vejamos:

- elaboração do plano de trabalho do supervisor, cronograma de atividades para a escola, instrumentos para observar a sala de aula;
- controle do cumprimento da carga horária e da Hora Atividade;
- levantamentos estatísticos do rendimento dos alunos;
- organização de murais;
- organização do horário semanal das aulas;
- verificação do registro de classe;
- registro de falta de professores e respectivas turmas;
- elaboração de projetos e relatórios;
- pesquisas e estudos.

As reuniões da escola podem ser classificadas em pedagógicas e administrativas. As reuniões pedagógicas são aquelas organizadas pelo próprio supervisor e tratam de assuntos pertinentes ao ensino-aprendizagem:

- planejamento curricular;
- reuniões de estudos;
- reuniões de pais e mestres;
- reuniões de pré-Conselho, Conselho e Pós Conselho de Classe;

As reuniões administrativas são coordenadas pelo diretor da escola e tratam de assuntos gerais (compras, prestação de contas, promoções, recados administrativos...).

3 Perfil do supervisor

Para que a escola atinja seu objetivo, o supervisor precisa de características pessoais que ofereça a ele condições para sucesso de seu trabalho. Entre outras, podemos destacar:

- ter entusiasmo pelo trabalho da escola e gostar daquilo que faz;

- ser otimista com relação à possibilidade de atendimento às necessidades da escola;
- gostar de conviver com alunos, professores e os demais profissionais da educação;
- ter capacidade de compreender as pessoas com as quais trabalha, visando as diferenças;
- ter iniciativa e liderança;
- saber se colocar no lugar do professor;
- agir com imparcialidade e justiça;
- ter bom senso e comprometimento;
- ter equilíbrio emocional;
- ser discreto, ponderado e humilde;
- ter conhecimento e disponibilidade para auxiliar o professor;
- saber ouvir e respeitar opiniões diversas;
- ter conhecimento sobre sua função;
- inspirar confiança e demonstrar responsabilidade;
- estar atualizado e em constante capacitação;
- exercer autoridade ao invés de autoritarismo;
- ser dinâmico, ousado e inovador.

Analisando as características pertencentes ao perfil do supervisor, não se pode esquecer que se trata de um ser humano e, como tal, sujeito a limitações e instabilidades. Assim não se pode ver no supervisor um sujeito que possui “superpoder”, capaz de fazer mágicas. Tampouco deve o supervisor pensar que encontrará receitas de como assessorar, acompanhar e avaliar o ensino-aprendizagem. O supervisor deve ser aquele que constrói coletivamente com professores seu trabalho diário. Ele é o elemento integrante e integrador do trabalho do grupo, é ele quem procura manter um nível significativo de dinâmica no trabalho da escola como instituição formal.

Faz-se necessário que os supervisores busquem constantemente saberes concernentes as várias formas de construir metodologias. Tais metodologias devem facilitar o ato de ensinar e de aprender. Para isso um plano de trabalho do supervisor é imprescindível e deve constar: ações – objetivos – metodologias – avaliação e prazos.

Podemos dividir a ação supervisora em duas fases:

TRADICIONAL	RENOVADA
Fiscalizar o trabalho pedagógico e o ensino-aprendizagem.	Mediar o ensino-aprendizagem, fazendo-se parceiro do professor nesse processo.

Ser um facilitador.	Ser um problematizador.
Ter o conhecimento como dado absoluto.	Ver o conhecimento como dado relativo e sujeito a transformações.
Ter comportamento de neutralidade, ou seja, não se posicionar diante dos problemas.	Expressar comportamento com clareza, tomando iniciativas que visam o bem coletivo.
Enfatizar conhecimento linearizado, desconsiderando as necessidades e interesses de alunos e professores.	Enfatizar a produção do professor e do aluno no interior da escola, valorizando a realidade da comunidade escolar.



Diante do quadro anterior,
cabe-nos a reflexão: Qual
prática as escolas

A prática não pode ser aprimorada senão por meio de reflexão e flexibilidade. Por isso, é necessário sempre repensar a supervisão escolar, questionando, respondendo, desejando, ganhando, perdendo, recomeçando, e problematizando a ação supervisora de modo que o processo de ensino-aprendizagem possa ganhar em termos qualitativos.

A supervisão escolar é ação (um fazer coletivo visando uma reação), pensada com base na prática cotidiana da escola. O professor é o regente de classe, um profissional da educação que regula e administra, diretamente, o trabalho pedagógico em sala de aula. O supervisor, também um profissional da educação, é aquele que orienta e media a ação do professor.

As experiências e os estudos de aprofundamento realizados pelo supervisor é que irão desencadear um trabalho visando compreender o desempenho do professor no cotidiano da escola, especialmente na sala de aula. No movimento para compreender o trabalho do professor, o supervisor levanta interrogações, faz afirmações, confronta ideias, buscando, juntamente com o professor, descobrir a melhor maneira de ensinar, aprender e educar uma determinada classe de alunos.

A aproximação do trabalho do supervisor com o trabalho do professor regente de classe é possível, desde que se considere a escola como local de trabalho produtivo. A

relação entre supervisor e professor tem por base a compreensão de que ambos são profissionais e trabalham em prol do processo de ensinar e aprender.

É na compreensão e no entendimento da forma de tratamento dado pelo professor aos conteúdos e às condições de existência dos alunos que o supervisor sistematiza seu trabalho no interior da escola. Trata-se de um processo de parceria. Para poder focalizar a realidade do processo de ensinar e aprender é preciso que o supervisor utilize metodologias que possibilitem um trabalho voltado para a ação diária do fazer do professor. Assim, o trabalho do supervisor, centrado na ação do professor, não pode ser confundido como assessoria, mas sim um trabalho que requer envolvimento e comprometimento. O supervisor, tomando como objeto de seu trabalho a produção do professor, afasta-se da atuação linear, hierarquizada, burocrática que vem sendo questionada por educadores e passa a contribuir para um desempenho docente mais qualificado.

O supervisor e o professor têm seu objeto próprio de trabalho. O primeiro, o que o aluno produz; o segundo, o que o professor produz. O professor conhece e domina os conteúdos lógico-sistematizados do processo de ensinar e aprender. O supervisor possui um conhecimento abrangente a respeito das atividades de quem ensina e das formas de encaminhá-las, considerando as condições de existência dos que aprendem (alunos). Nesta relação, o professor não perde o controle sobre seu trabalho, uma vez que este é condição essencial da ação de ensinar. No diálogo do professor com o supervisor surgem as formas para encaminhar o acompanhamento da aprendizagem dos alunos. As formas de ação que provocam reações que encaminham as aprendizagens terão de ser inventadas ou recriadas com base nas experiências vividas pelo supervisor e pelo professor no interior da sala de aula. Neste sentido o supervisor precisa:

- a) superar os impasses conceituais do termo supervisão;
- b) compreender a escola como local de trabalho;
- c) identificar-se como trabalhador da escola;
- d) conceber o professor como um dos trabalhadores da escola;
- e) desmistificar a figura do supervisor escolar;
- f) conceber-se como um sujeito que produz, reproduz e pesquisa diferentes maneiras de ensinar, de aprender e também de orientar;
- g) admitir que o professor na sua sala de aula tem sua própria produção;
- h) identificar a produção do professor na interação professor-aluno;
- i) estar convencido de que saber e conhecimento são predicativos de todos os seres humanos;

j) admitir que é na interação do professor que ensina e aprende e do aluno que aprende e ensina que se encontra o eixo principal da aprendizagem sistematizada na escola.

O supervisor, por intermédio de atividades baseadas na pesquisa do trabalho realizado no dia a dia da escola, identifica os espaços que pode ocupar ao problematizar o trabalho do professor regente de classe. É o trabalho do professor o que dá sentido ao trabalho do supervisor.



Vamos refletir!

A escola é um constante desafio porque estamos vivendo um período de quebra de paradigmas, estamos substituindo uma visão de gestão autoritária por uma gestão mais democrática, aberta e focada nos processos pedagógicos.

4 O PAPEL DO SUPERVISOR FRENTE ÀS NOVAS TECNOLOGIAS

Marília Forgearini Nunes

Não há dúvida de que o mundo vive uma mudança de paradigma, um desconforto de todos em busca de respostas diante de tantas mudanças. Isso se deve em grande parte ao avanço da tecnologia. O surgimento da televisão provocou uma enorme mudança de comportamento em uma determinada época, imagine então o computador e a Internet. A possibilidade de manter-se informado sobre diversos assuntos provenientes de diversas partes do mundo instantaneamente era algo inimaginável para as pessoas há apenas algumas décadas atrás, e isso é possível agora.

O que o professor ou o supervisor escolar têm a ver com isso? Muita coisa. Por quê? Pelo simples fato de que as pessoas com as quais eles lidam, direta ou indiretamente, estão vivendo essa mudança e precisam do auxílio do professor e do supervisor para saber como aproveitar essa mudança da melhor maneira possível para que ela não acabe sendo prejudicial. Os alunos, crianças e adolescentes, estão dentro desse mundo repleto de informações, de novidades tecnológicas convivendo diariamente com isso, e os professores e os supervisores não podem excluir-se, mostrarem-se descrentes ou amedrontados diante de tudo isso.

As novas tecnologias que incluem não apenas o computador com seus programas e a Internet, mas também a televisão, o rádio, o vídeo, DVD etc. não podem ser vistas como vilões prejudiciais ou substitutos dos professores. O papel do professor é insubstituível, pois diante de tantas modificações e informações é preciso que haja alguém que auxilie o aluno a analisar criticamente tudo isso, verificando o que é válido e deve ser utilizado e o que pode ser deixado de

lado. Apesar da facilidade de acesso a informação que a tecnologia nos permite, o professor continua sendo indispensável para que a tecnologia seja utilizada corretamente resume Faria (2001, p. 60).

O uso da tecnologia em sala de aula é bastante válido no sentido que possibilita “um ensino e uma aprendizagem mais criativa, autônoma, colaborativa e interativa” (Faria, 2001, p.64). No entanto, o professor ainda, muitas vezes, mantém-se apreensivo e reticente em utilizar a tecnologia em sua aula. Segundo Heide e Stilborne (2000, p. 24) muitas são as razões para que o professor haja dessa maneira: não saber como utilizar adequadamente a tecnologia nas escolas, não saber como avaliar as novas formas de aprendizagem provenientes desse uso, não saber como usar a tecnologia e, algumas vezes por falta de apoio dos colegas ou da escola para o uso de inovações em sala de aula.

Diante dessas dificuldades e de outras que possam surgir, a solução ou o auxílio devem vir do supervisor escolar. A busca de novas técnicas ou métodos que auxiliem a aprendizagem do aluno é algo constante na ação do supervisor, dessa forma o uso da tecnologia é algo que vem auxiliar essa ação. Professor e supervisor devem caminhar juntos procurando conhecer todas as possibilidades oferecidas pela tecnologia que os auxiliem a desenvolver um ensino e uma aprendizagem em que a criatividade e a interação sejam as principais características.

O supervisor escolar na questão do uso adequado da tecnologia deve ser parceiro do professor no sentido de conhecer e analisar todos os recursos disponíveis buscando a sua melhor utilização. Nada adianta fazer uso da tecnologia se isso não é feito da melhor maneira possível. As crianças e os adolescentes até podem apresentar, muitas vezes, um conhecimento bem mais adiantado de todas as ferramentas tecnológicas hoje existentes, mas esse conhecimento não será útil se ele não for utilizado de maneira crítica. Supervisor e professor devem caminhar juntos procurando desenvolver, em todos os trabalhos envolvendo a tecnologia, a competência crítica dos alunos.

O uso adequado da tecnologia no ambiente escolar requer cuidado e atenção por parte do professor para avaliar o que vai ser usado e reconhecer o que pode ou não ser útil para facilitar a aprendizagem de seus alunos, tornando-os críticos, cooperativos, criativos. Além disso, requer do supervisor escolar uma disposição para aceitar o novo, conhecê-lo senão profundamente, em parte, para ser capaz de julgá-lo e procurar encaixá-lo na sua prática e na do professor da sua escola.

Dessa forma conclui-se que o uso das novas tecnologias na educação e no ambiente escolar é algo que existe e deve ocorrer. No entanto, é algo que deve ser feito com cuidado para que a tecnologia (computador, Internet, programas, CD-ROM, televisão, vídeo ou DVD) não se torne para o professor apenas mais uma maneira de “enfeitar” as suas aulas, mas sim uma maneira de desenvolver habilidades e competências que serão úteis para os alunos em qualquer situação de sua vida. O uso das tecnologias deve proporcionar dentro do ambiente escolar uma mudança de paradigma, uma mudança que vise à aprendizagem e não o acúmulo de informações.

Em resumo, segundo Perrenoud (2000):

Formar para as novas tecnologias é formar o julgamento, o senso-crítico, o pensamento hipotético e dedutivo, as faculdades de observação e de pesquisa, a imaginação, a capacidade de memorizar e classificar, a leitura e a análise de textos e de imagens, a representação de redes, de procedimentos e de estratégias de comunicação. (p.128)

Fonte: <http://stoa.usp.br/rudisantos/files/339/1743/Supervisor+e+Novas+Tecnologias.htm>



Nesta unidade, você aprendeu:

- O papel do supervisor no contexto atual
- O supervisor como mediador do ensino-aprendizagem
- Qual o perfil do Supervisor Educacional
- O papel do Supervisor frente às tendências tecnológicas.



Saiba mais sobre a unidade 2, acesse os vídeos:

https://www.youtube.com/watch?v=AzPFjJ_QLi4

Por que planejar?

<https://www.youtube.com/watch?v=b6jxo4qlm-g>

Quem mexeu no meu queijo?

REFERÊNCIAS

ALARCÃO, ISABEL. Do olhar supervisorio ao olhar sobre a supervisão. In: RANGEL, Mary (Org.). **Supervisão pedagógica: princípios e práticas**. 8. ed. São Paulo: Papyrus, 2008. 102 p. (Coleção Magistério. Formação e trabalho pedagógico).

ALVES, Nilda (coordenadora): **Educação e supervisão: o trabalho coletivo na escola.** Cortez, 1995.

CUNHA, Aldeneia S. da; Oliveira; Ana Cecília de; Araújo, Leina A. (Org). **A Supervisão no contexto escolar: Reflexões Pedagógicas.** Manaus. UNINORTE; 2006.

LIBÂNEO. José Carlos. **Pedagogia e Pedagogos, para quê?** São Paulo: Cortez, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.**São Paulo,SP:Editora Paz e Terra,1998.

MELCHIOR, Maria Celina (Org.). **Avaliação para qualificar a prática docente: espaço para a ação supervisora.** Porto Alegre: Premier,2001.

UNIDADE 3

FUNÇÕES E PRÁTICAS DA SUPERVISÃO

Para começar nossos estudos

As funções da supervisão escolar são muitas e determinadas pelo contexto. Cabe ao supervisor diagnosticar as necessidades educacionais, oferecer sugestões e auxiliar o professor na resolução de problemas. Realizar reuniões pedagógicas, oficinas para que os professores possam reciclar seus conhecimentos, são estratégias para melhorar o processo pedagógico da instituição. Mas como transformar estas teorias em práticas, quando sabemos que muitos professores tem uma certa resistência a mudança? Qual a função do Supervisor perante a estas situações.



1 FUNÇÕES DA SUPERVISÃO

As funções da supervisão escolar são muitas e determinadas pelo contexto. Cabe ao supervisor diagnosticar as necessidades educacionais, oferecer sugestões e auxiliar o professor na resolução de problemas. O supervisor não é aquele que observa com espírito de crítica o que o professor faz, mas sim o parceiro do trabalho pedagógico, responsável, também, pela qualidade do ensino-aprendizagem.

Sendo assim, o objetivo da supervisão deve ser construtivo, pois o professor necessita de orientação e auxílio e não de crítica. Utilizar a sugestão ao invés da crítica é uma atitude de bom senso, que leva a resultados positivos.

De acordo com Alves (1995), citando Briggs e Justmanas funções da supervisão escolar são:

1. Ajudar os professores a melhor compreenderem os objetivos reais da educação e o papel especial da escola na concepção dos mesmos.
2. Auxiliar os professores a melhor compreenderem os problemas e necessidades dos jovens educandos e atender, na medida do possível tais necessidades.
3. Exercer liderança, de sentido democrático, sobre estas formas: Promovendo o aperfeiçoamento educacional da escola e de suas atividades: procurando relações de cooperação de seu pessoal; estimulando o desenvolvimento dos professores em exercício, e colocando a escola mais próxima da comunidade.
4. Estabelecer fortes laços morais entre os professores quanto ao seu trabalho, de tal forma que operem em estreita e esclarecida cooperação, para que os mesmo fins gerais sejam atingidos.

5. Identificar qual o tipo de trabalho mais adequado para cada professor, distribuindo-se a cada um as respectivas tarefas, mas de forma que cada professor possa desenvolver suas capacidades em outras direções promissoras.
6. Ajudar os professores a adquirir maior competência didática.
7. Orientar os professores principiantes a se adaptarem a sua profissão.
8. Avaliar os resultados dos esforços de cada professor, em termos do desenvolvimento dos alunos, segundo os objetivos estabelecidos.
9. Ajudar os professores a diagnosticar as dificuldades dos alunos na aprendizagem e a elaborar planos de ensino para superação das mesmas.
10. Auxiliar e interpretar o programa de ensino para a comunidade, de tal modo que o público possa compreender e cooperar nos esforços da escola.
11. Levar o público a participar dos problemas da escola e recolher suas sugestões a este respeito.
12. Proteger o corpo docente contra exigências descabidas de parte do público, quanto ao emprego de tempo e energia dos professores.

Podemos ainda, de acordo com a autora, dividir e agrupar as funções da Supervisão em três grandes núcleos: Funções Técnicas, Administrativas e Sociais.



Funções Técnicas:

- a) Realizar investigações da realidade educacional e planejar o trabalho de supervisão que se propõe realizar.
- b) Orientar e coordenar o trabalho dos professores, com relação à interpretação e aplicação de programas, uso de métodos e matérias de ensino e avaliação de trabalho escolar.
- c) Auxiliar os professores no conhecimento e aplicações das metodologias adequadas.
- d) Procurar a aplicação inteligente dos princípios das relações humanas nas atividades de trabalho com os professores e demais pessoas.
- e) Promover o aperfeiçoamento sistemático dos mestres em serviço, por meio de cursos e outras técnicas adequadas.



Funções Administrativas:

- a) Organização da escola, das aulas e dos serviços auxiliares.
- b) Organização e distribuição do calendário escolar.
- c) Aquisição, distribuição e uso dos utensílios escolares.
- d) Organização e manutenção dos arquivos escolares.
- e) Manutenção de registros estatísticos.



Funções Sociais:

a) Estabelecer boas relações humanas com o professor, alunos e comunidade escolar.

b) Procurar que a escola promova e ajude nos projetos de melhoria comum.

c) Ajudar na formação de uma consciência quanto a direitos e deveres e ajudar na construção de uma sociedade mais livre e mais justa.

Algumas das funções citadas podem não vincular-se à realidade e necessidade do contexto escolar, sendo que o maior objetivo da supervisão é oferecer condições para que os fins da educação sejam atingidos.

Assim, tendo em vista o atual contexto educacional, bem como as necessidades reais da escola, podemos dizer que a supervisão escolar tem como atributos:

- visitar classes e acompanhar o trabalho pedagógico;
- realizar demonstrações de ensino, principalmente para professores iniciantes;
- organizar programas de avaliação;
- coordenar a avaliação dos livros didáticos, oferecendo subsídios para que o professor possa fazer sua análise;
- acompanhar o trabalho dos professores e auxiliar em suas necessidades;
- coordenar os trabalhos da escola;
- promover estudo e pesquisa;
- elaborar o horário da escola;
- auxiliar o diretor nas tomadas de decisões;
- assessorar planos de trabalho docente, planejamento de ensino e avaliação.
- acompanhar a execução dos planos de trabalho docente;
- realizar reuniões, entrevistas e discussões que se fizerem necessárias para o bom andamento dos trabalhos;
- acompanhar o corpo docente, proporcionando-lhe estímulos e subsídios adequados à elaboração e execução dos planos de aula;
- promover o aperfeiçoamento do pessoal envolvido no processo de ensino-aprendizagem;
- perceber falhas no processo de ensino-aprendizagem, a fim de orientar para a sua superação;
- acompanhar o trabalho de avaliação do rendimento escolar;
- assegurar o acesso, a permanência e o sucesso dos alunos;
- promover planos de recuperação para alunos em atraso quanto ao rendimento escolar;
- promover estudos e momentos de reflexão;

- promover aperfeiçoamento do corpo docente, quanto a sua atuação didática;
- prestar assistência metodológica às diversas atividades;
- promover o melhor relacionamento possível da escola com a comunidade.

O Supervisor deve procurar o desenvolvimento contínuo dos profissionais com os quais trabalha.

A prática do supervisor ocorre numa sociedade de classes, que apresenta várias contradições, tanto no sistema educacional como na forma de se encarar a educação. Neste contexto contraditório, o profissional da educação enfrenta desvalorização salarial, condições inadequadas de trabalho e alunos oriundos de uma sociedade desestruturada. A superação deste quadro ou o enfrentamento do mesmo torna-se um desafio para o supervisor, que precisa criar condições para que os educadores reflitam sobre a sua própria prática e desenvolvam um trabalho de qualidade.

Um problema para o futuro supervisor, durante sua formação, será a possibilidade de se deparar com professores universitários que nunca passaram por uma experiência de sala de aula ou supervisão. Assim, é possível que o ensino superior fique apenas discutindo ideias e teorias, esquecendo-se de refletir sobre a prática e a realidade que circunda o trabalho do supervisor. Existem os estágios supervisionados, porém, durante estes estágios os futuros profissionais podem se defrontar com uma realidade camuflada e não possuir um referencial que o habilite a enfrentá-la. Problemas como alto índice de reprovação, professores descompromissados, inadequação de conteúdos, drogas e violência entre os alunos, problemas socioeconômicos, entre outros.

É preciso repensar o papel que o supervisor vai desempenhar para capacitar-se e capacitar o professor, para que juntos possam enfrentar a grande tarefa serem educadores.

Muitos supervisores preferem resumir a sua prática na verificação do trabalho docente, isto é, verificar planos de aula, metodologias e avaliação. Contudo, esta visão tradicional precisa ser superada, pois o grande desafio dos supervisores está em encontrar alternativas de ação que auxiliem o professor a construir sua práxis, ou seja, rever e reinventar sua própria prática em prol de um ensino significativo.

Muitos supervisores têm se ancorado em razões de ordem burocrática para justificar sua ausência junto aos professores. No entanto, é necessário encontrar mecanismos que solucionem este problema, tendo em vista que o objetivo principal do supervisor é a qualidade do ensino-aprendizagem por meio do trabalho do professor.

**Vamos refletir!**

“Problemas não são obstáculos, mas oportunidades ímpares de superação e evolução.”

2 A PRÁTICA DA SUPERVISÃO

Ao se pensar na prática da supervisão, emerge o seguinte questionamento: Por que ou para que supervisionar? Em seguida vem a análise: como supervisionar?

A ação supervisora torna-se instrumento que possibilita o controle da qualidade do ensino. Por isso, cabe ao supervisor a tarefa de planejar, acompanhar, avaliar, e aperfeiçoar as ações, garantindo a eficiência do processo educacional e a eficácia de seus resultados.

A prática da supervisão exige, por parte do supervisor, uma constante avaliação crítica do seu desempenho e um esforço continuado de aperfeiçoamento. É indispensável ao supervisor o espírito de liderança, comunicação e equilíbrio. A supervisão é uma atividade essencialmente cooperativa, exigindo a articulação dos envolvidos.

O supervisor deve oferecer aos seus professores condições para que analisem a realidade na qual estão inseridos. Conhecer o aluno, com seus limites, história de vida e possibilidades auxilia o professor a planejar o ensino, definir os objetivos e selecionar os conteúdos em função do aluno real. Por isso, é fundamental que o supervisor investigue a sua realidade, realizando pequenos projetos de pesquisa, para obter dados que o ajudarão a refletir sobre a realidade e a propor alternativas adequadas à prática pedagógica. Desta forma, a postura do supervisor deve ser a de alguém que pense sobre sua realidade, ou seja, um supervisor-pesquisador.

Com relação aos conteúdos é importante selecioná-los em função do aluno real, com suas deficiências, limitações expectativas e condicionamentos. Os melhores conteúdos são aqueles que melhor e mais rapidamente levem os alunos a suprir suas lacunas, capacitando-os de acordo com suas necessidades. Assim, é nesta direção que o supervisor deve orientar professores, desmistificando a ideia de “ter que dar todo o conteúdo”, e sim priorizando o essencial. Afinal, os conteúdos são importantes na medida em que ocorra a aprendizagem de forma real e significativa. Aprender em profundidade os conhecimentos

essenciais das várias disciplinas constitui condição necessária para autoaprendizagem, única maneira de o indivíduo continuar se formando e se informando constantemente.

Com relação aos procedimentos e postura do professor, compete ao supervisor buscar mudança com relação ao professor transmissor de conhecimentos. Atualmente buscamos um profissional que problematize e promova a reflexão, oportunizando a disseminação de ideias e o respeito à diversidade.

A ação supervisora precisa ser coerente e seguir alguns critérios. Vejamos algumas orientações que ajudarão o supervisor a desenvolver um trabalho condizente com as necessidades da escola e dos professores.

a) Participar de forma efetiva no trabalho dos professores, estando presente à sala de aula e discutindo com os professores os aspectos observados, para que juntos possam concretizar ações.

b) Acompanhar o ensino-aprendizagem, não permitindo que as atividades burocráticas atrapalhem ou impeçam a ação supervisora.

c) Manter um diálogo aberto, franco e leal com os professores.

d) Ter conhecimento sobre sua função e sobre a realidade que enfrentará nas instituições escolares.

e) Agir com senso de justiça e profissionalismo.

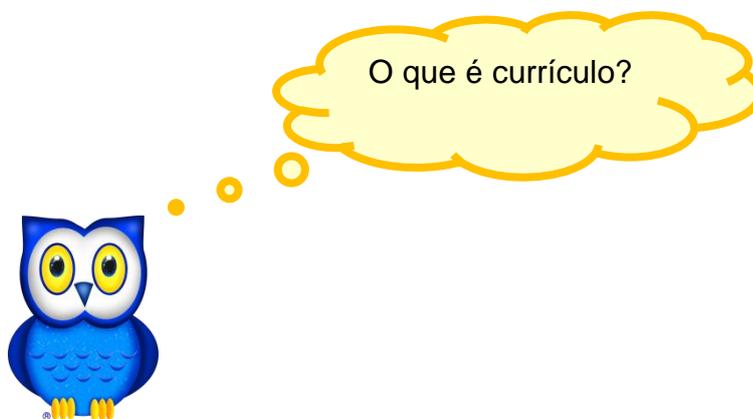
f) Tornar-se parceiro do professor, assumindo com ele desafios e responsabilidades.

A tarefa do supervisor é imensa e seu aprendizado jamais terá fim. Por isso, cabe a este profissional promover a busca da superação de obstáculos no seu trabalho, articulando a prática docente e mediando o processo coletivo.

Outro aspecto importante no trabalho pedagógico é que promove a integração/articulação de todo o currículo, a fim de que o processo educativo se desenvolva de forma integrada e articulada. Sua ação possui competência política, humana e técnica.

Enfim, é de competência dos Professores Pedagogos trabalharem junto ao corpo docente e discente, no sentido de tornar dinâmica a proposta pedagógica assumida, para que seja vivenciada por todos os participantes da escola. O supervisor deve ter compromisso, ser participativo, articular escola e comunidade em torno dos propósitos da instituição.

3 O CURRÍCULO COMO OBJETO DE TRABALHO DA SUPERVISÃO



Etimologicamente currículo vem do latim *curriculum*, que significa “pista de corrida”. Na nossa sociedade capitalista isto pode estar ligado à competição no mercado de trabalho, ou seja, aos conteúdos necessários para se alcançar êxito.

O currículo da escola é a seleção intencional de uma porção de cultura. Isto é, a toda a produção humana historicamente construída.

O currículo é o caminho que estabelece uma relação entre o aluno e o objeto do conhecimento, a teoria com suas consequências e aplicações práticas. Sendo assim, todo currículo precisa conter o que de fato é relevante e consistente no conjunto de conhecimentos e conteúdos significativos que propiciem ao educando sua autonomia intelectual e social. Isso delega a escola um grande compromisso e responsabilidade. O professor precisa ter conhecimento para definir os conhecimentos relevantes na escala adequada às necessidades e possibilidades dos alunos.

Na maioria das escolas, nos deparamos com um currículo legal e formal que reproduz uma colcha de retalhos de informações, muitas vezes descontextualizadas e fragmentadas, visando muito mais à quantidade do que a qualidade do ensino-aprendizagem.

As escolas precisam preocupar-se com a ligação entre o conhecimento e os contextos contemporâneos da vida social e pessoal. Metodologias conservadoras, que consideram o conhecimento de forma isolada e estática não colaboram com eficácia na formação do aluno.

4 O PAPEL DO SUPERVISOR NA MEDIAÇÃO DO CURRÍCULO

A escola é um subsistema de um sistema maior que é a sociedade, assim, todo projeto a ser realizado por ela (escola) representa um projeto social, recheado de intencionalidade.

Nesta perspectiva, o currículo deve oferecer, não somente caminhos para que os saberes sejam compreendidos, mas uma visão global da sociedade com suas diversidades e contradições. Neste sentido, cabe à escola construir seu papel fundamental na transmissão, apropriação e socialização dos saberes culturais, numa práxis transformadora, possibilitando que todos tenham oportunidades e sejam capazes de percorrer o caminho (pista de corrida).

De acordo com Saviani (1991), era necessário democratizar o saber universal apropriado pela classe mais economicamente favorecida, pois apenas pela socialização do saber seria possível a transformação da sociedade.

Saviani também buscava recolocar o papel da própria escola e de sua especificidade e, neste sentido, também o papel do currículo. Segundo ele, quando a escola recupera o principal ela se diferencia do que é secundário; o principal é o compromisso com o saber e o secundário diz respeito a todos os eventos, comemorações e temas que perpassam o currículo responsabilizando a escola por problemas pontuais que deslocam o papel do conteúdo e, portanto, o próprio papel da escola.

Assim, para Saviani, currículo tem uma dimensão clara – fazer uma seleção intencional dos conteúdos e da especificidade da escola a fim de promover a socialização do saber e o compromisso com a elevação cultural das massas.

Faz-se necessário buscar na sociedade contemporânea os conteúdos sobre os quais se constroem os modos de produzir e de organizar a vida individual e coletiva, sem deixar de tomá-los na sua perspectiva histórica.

Segundo Kuenzer (2002, p.71 e 72), a seleção e organização dos conteúdos devem promover:

- articulação entre conhecimentos básicos e específicos a partir do mundo do trabalho, contemplando os conteúdos das ciências, das tecnologia e das linguagens;
- articulação entre conhecimento para o mundo do trabalho e para o mundo das relações sociais, contemplando os conteúdos demandados pela produção e pelo exercício da cidadania, que se situam nos terrenos da economia, da ética, da sociologia, da história, e assim por diante;
- articulação entre os conhecimentos do trabalho e das formas de organização e gestão do trabalho;

- articulação dos diferentes atores na construção da proposta: dirigentes, especialistas, técnicos, alunos, setores organizados da sociedade civil etc.

O supervisor precisa compreender que o currículo não pressupõe apenas a seleção dos conteúdos, mas, sobretudo a metodologia adequada para que sejam apropriados de forma real e significativa. Isto significa compreender o que e como ensinar para se alcançar a autonomia intelectual.

Por isso, o professor precisa fazer a transposição didática do saber científico em saber escolar, possibilitando a construção de novos saberes, ou seja, ressignificar os conteúdos.

Quando se reflete sobre a supervisão e o currículo na América Latina, retorna-se a questão do compromisso dos educadores com a garantia de que as camadas populares alcancem o conhecimento.

Observando-se que o conhecimento é a própria substância do currículo, entende-se o valor da participação dos supervisores nas decisões sobre a sua constituição, sua prática e sua avaliação nas escolas.

Além das determinações normativas a serem analisadas, discutidas, sujeitas às questões que se apresentam no cotidiano da escola, incluem-se nas atenções dos supervisores a organização e a coordenação de oportunidades em que professores, alunos e pais possam estudar, discutir, avaliar a qualidade do conteúdo e da prática do currículo.

Nesta unidade, você aprendeu:

- Funções da supervisão.
- A prática da supervisão.
- O currículo como objeto de trabalho da supervisão.
- O papel do supervisor na mediação do currículo.



REFERÊNCIAS

ALVES, Nilda (coordenadora): **Educação e supervisão: o trabalho coletivo na escola**. Cortez, 1995.

KUENZER, A. **Ensino médio- uma proposta para os que vivem do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2000.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.) **Projeto-Político Pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas: Papyrus, 1995.

UNIDADE 4**ATUAÇÃO DO SUPERVISOR****Para começar nossos estudos!**

“Não há dúvidas de que o mundo vive uma mudança de paradigma, um desconforto de todos em busca de respostas diante de tantas mudanças. Isso se deve em grande parte ao avanço da tecnologia. O surgimento da televisão provocou uma enorme mudança de comportamento em uma determinada época, imagine então o computador e a Internet. A possibilidade de manter-se informado sobre diversos assuntos provenientes de diversas partes do mundo instantaneamente.”

O que o professor ou o supervisor escolar têm a ver com isso? E por quê?

1 O PAPEL DO SUPERVISOR COMO MEDIADOR NA CONSTRUÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO

O supervisor educacional deve ser um articulador das práticas da escola. Assim, cabe ressaltar sua importância na construção e reformulação do PP (Projeto Pedagógico).



O PP é um instrumento que descreve e que revela toda a unidade escolar, para além de suas concepções e intenções. Trata-se de uma forma sistematizada de organização do trabalho da escola. Toda a comunidade escolar tem responsabilidade na construção deste instrumento. Sendo um “processo democrático de decisões, preocupa-se em ministrar uma forma de organização do trabalho pedagógico que supere os conflitos, buscando eliminar as relações no interior da escola (...)” (VEIGA, 1995, p.13).

A construção do PP sintetiza um reordenamento institucional, superando a dicotomia entre o planejar e o executar, mobiliza os sujeitos escolares a possibilidades de maior autonomia. Esse importante empreendimento escolar, só se constitui numa experiência formadora para a autonomia quando oportuniza a todos os segmentos uma efetiva presença no planejamento de todas as rotinas que lhes dizem respeito (CARIA, 2011).

Antes de garantir a execução de um projeto é preciso garantir sua construção. Neste sentido, o pedagogo deve coordenar a elaboração coletiva e a implementação do Projeto Pedagógico, criando condições para a participação dos profissionais da escola e comunidade neste processo, sendo que a sua construção deve ser coletiva, tendo a participação de toda comunidade escolar (direção, professores, funcionários, alunos e pais).

O pedagogo deve articular esta prática, tendo-a como função específica de seu trabalho, pois o PP é o norteador do trabalho educacional.

O Projeto Pedagógico de uma escola não deve apenas ser marcado pelo seu marco operacional, ele se sustenta com sua base filosófica, sua concepção de educação, seus objetivos. Pensar um projeto é muito mais pensar na concepção de educação, na concepção de homem e de sociedade.

Percebe-se que dáideia inicial, ou seja, de construir uma proposta pedagógica coletiva, desde os primeiros esboços, até hoje, muita coisa se modificou.

A construção do Projeto Pedagógico não deve ser visto como uma obrigação legal, mas como uma necessidade real, pois garante a efetiva gestão democrática. É no projeto que aparecem as vozes dos sujeitos da comunidade.

O supervisor tem uma atuação muito ampla dentro da escola, sua presença é fundamental aos que compõem a equipe pedagógica da instituição, sua imagem vem se firmando positivamente cada vez mais. Antigamente ele não possuía um campo de atuação e sua função era apenas ser fiscal, supervisionando e checando tudo que ocorria nas salas de aula. Não se interessava pelos problemas que ocorriam na instituição e tão pouco sabia sobre a qualidade do ensino e a didática aplicada pelos professores envolvidos. Não era bem vindo e aceito em reuniões de professores por não ser considerado um profissional confiável.

Ao longo dos anos, diante de várias conquistas o papel do Supervisor é visto como o principal fator para o sucesso e essencial para o crescimento do ambiente educacional. Este profissional precisa ter visão, enxergar além do horizonte. Primeiramente porque é responsável pelo desenvolvimento de um Projeto Pedagógico (PP) e também porque deve colocar essa proposta em ação, não as mantendo resumidas apenas em um papel.

Para a elaboração do PP, o supervisor deve observar que seu trabalho não ocorra de forma isolada, assim ele fará um acompanhamento pedagógico com todos aqueles que

fazem a escola, ou seja, pesquisará as dificuldades e necessidades dos docentes, discentes e comunidade, com o intuito de solucionar problemas e tendo como objetivo o “colocar em prática” a proposta elaborada e, assim, a construção do saber realizar-se-á.

O supervisor em sua atuação na escola é o agente transformador e agente formador, ou seja, sua atuação vai além do convívio e relacionamento com os professores, significa ser formador ouvinte de opiniões, planejando e pondo em execução o dever da escola que é exercer um papel social e transformador. Assim, deve estar disposto a inovar e enfrentar desafios capazes de desencadear um processo de mudança, para que transformações sejam significativas para toda a comunidade escolar.

Outra função do coordenador/supervisor é de ser mediador, portanto ele vai facilitar o avanço do professor quanto à elaboração da proposta pedagógica e seu planejamento, buscando os melhores meios de interação entre os segmentos e tendo plena consciência de que sua atuação é de forma política, em prol dos anseios da sociedade. É preciso que tenha a humildade de olhar angústias, dificuldades, etc. É necessário que ele tenha um olhar atento a perceber as dificuldades do momento e um olhar amplo que venha a projetar os objetivos e anseios que deseja alcançar. Ele também precisa saber ouvir antes de julgar, diagnosticar, apreciar e avaliar.

Tanto o olhar atento, como o ouvir ativo são de extrema importância para que o coordenador desenvolva um excelente trabalho junto à equipe de professores pois, agindo assim é mais fácil para ele diagnosticar as necessidades existentes.

2 FORMAÇÃO CONTINUADA – TRANSFORMANDO O FAZER PEDAGÓGICO

É necessário sempre o aprimoramento para que o profissional realmente atinja seus objetivos. Por meio da formação continuada o profissional se capacita e pode oferecer maior qualidade ao seu trabalho. Vejamos o que a autora pensa a respeito disso:



Cíntia Marantes Rech

De acordo com os questionários, referente à Formação Continuada dos professores, de uma forma geral, todas as Supervisoras Escolares colocam que a mesma é oferecida no decorrer do ano letivo. No caso da rede pública de ensino é propiciada também através de convênios em parceria com Universidades. Na realidade da escola particular pesquisada

a Formação Continuada é oferecida semanalmente, através de reuniões pedagógicas, estando já incorporada na carga horária semanal dos professores.

As entrevistadas acreditam que a Formação Continuada é um subsídio para os professores em suas práticas pedagógicas, como aprimoramento profissional e também como busca pessoal. Relatam também que o mercado de trabalho é bastante competitivo, necessitando a busca permanente de atualização. A melhoria do salário através de promoção do profissional no seu Plano de Carreira também é um dos motivos que mobilizam professores a buscarem a Formação Continuada.

Os Supervisores Escolares percebem certa resistência de alguns professores na busca de atualização, onde não reconhecem a importância e a necessidade da mudança de postura, uma vez que os alunos exigem cada vez mais de seus professores novas metodologias e empenho.

Referente à motivação dos professores, os Supervisores Escolares são bem objetivos em colocar o quanto procuram incentivar seus grupos de trabalho, buscando novos cursos, encontros, eventos, oficinas pedagógicas, seminários, proporcionando assim, um meio para que a Formação Continuada se efetive.

Colocam também que é necessária a integração do grupo, priorizando as necessidades da escola, dos alunos, mantendo um vínculo de confiança, parceria, possibilitando ao Supervisor Escolar ser um articulador destas questões, mediando as situações de ensino e aprendizagem.

Todas as profissionais percebem a importância de suas práticas nos seus grupos de trabalho e o quanto se faz necessária uma postura de trabalho que valorize o conjunto, do exemplo e, principalmente, de articulação, mediação.

O Supervisor Escolar tem um papel fundamental neste contexto: ser promotor e incentivador das mudanças necessárias na escola, promovendo o diálogo, a reflexão da situação atual da escola, suas necessidades e possíveis ações concretas para democratizar e contextualizar o ensino.

Somente através de uma educação libertadora, com a possibilidade de trabalhar a realidade da comunidade escolar dentro dos ambientes educativos, ter-se-á uma educação de qualidade e significativa. Segundo Melchior (2001, p.65):

Com a nova configuração do papel do supervisor, não sendo ele apenas um técnico burocrático, mas um educador consciente, reflexivo e crítico que está à serviço da promoção do desenvolvimento humano e técnico daqueles que com ele atuam, certamente é adepto do trabalho em equipe.

Sendo assim, o Supervisor Escolar deve articular todo o conjunto escolar (professores, alunos, pais, direção, comunidade educativa em geral) e buscar um projeto único, uma carta de intenções onde a melhoria de ensino deve ser o objetivo principal.

Nessa perspectiva, o Supervisor Escolar deve auxiliar aos professores, conquistando em primeiro lugar a sua confiança. Deve demonstrar objetivos claros que visem o crescimento de todos, transformando-os em objetivos comuns. Como articulador, o Supervisor Escolar deve promover reuniões de estudos, encontros, seminários de atualização para os professores, incentivando sua presença nestes eventos. O incentivo à leitura, colocando à disposição bibliografias para estudos e discussões. Auxiliar nas dificuldades da ação docente, colocando-se à disposição para ajudá-los, não deixando de fazer com que o professor sinta-se membro da mesma equipe que o supervisor.

É função primordial do Supervisor Escolar acompanhar o planejamento, a execução e a avaliação da ação docente. Dessa forma, dirigir um grupo de trabalho, conduzir reuniões, formar e renovar equipes, enfrentar e analisar situações de problemas profissionais, administrar conflitos. Como diz Melchior (2001, p.70):

É nesse contexto que se faz importante o papel do Supervisor, não daquele Supervisor da década de 70, controlador, que causava temor a todos os professores, com função mais burocrática que pedagógica, mas de um educador que é capaz de liderar um grupo, oportunizar aperfeiçoamento.

A sociedade em geral, o sistema de ensino, as escolas e a prática dos educadores necessitam de uma transformação para o urgente resgate da qualidade das relações humanas e com a natureza, do mundo do trabalho e das condições sociais, bem como para buscar a realização de um ensino com qualidade.

A função e ação supervisora estão ligados diretamente com a transformação da realidade, como condutor e incentivador de mudanças dentro da escola, motivando os professores.

Mas, para ser um supervisor escolar somente ter esse desejo não basta: é necessário conhecimento teórico, pensar e repensar a prática pedagógica (não só as dos professores, mas também a sua).

A mudança que tanto se fala em Educação não deve ser aguardada fora da escola, pelo contrário: as mudanças devem ser internas, no contexto e realidade de cada escola, nas práticas pedagógicas diárias, na boa vontade de todos os envolvidos, da pesquisa, da reflexão. Iniciando este processo de mudança interna, a escola se solidifica e garante seu espaço na sociedade, levando-a também as mudanças. Comungando com essas ideias, Alarcão (2003) diz:

Assim, neste novo contexto de Educação entendemos a formação continuada dos professores como uma necessidade imperiosa que se impõe, a cada dia, seja pelos mecanismos públicos e gratuitos, seja pela busca incansável de recursos diferenciados, individuais e autônomos, ou promovidos por instituições, agremiações, sindicatos, mas de qualquer forma, sempre consciente, crítica, reflexiva, interativa e plural, através da pedagogia das competências, sejam pela autonomia ou pela adaptação da interação entre os três sujeitos: o eu individual, o eu pessoal e o eu social.

Dessa forma, relato este artigo percebendo, através das vivências dos profissionais pesquisados embasado em referenciais teóricos consultados e analisados, avaliando a grande tarefa do Supervisor Escolar: ser um agente de mudanças, transformações, desafiador, pesquisador. O supervisor deve ter sempre presente a competência pedagógica a qual busca, mas também não esquecer, principalmente, do seu papel humanizador, pois lida com pessoas, que são os professores. Deve, portanto buscar a compreensão e consideração por este, que também busca seu espaço e valorização.

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura – Canoas e-mail: srrech@terra.com.br – publicada em 30/03/2007.



Vamos refletir!

“Formar para as novas tecnologias é formar o julgamento, o senso-crítico, o pensamento hipotético e dedutivo, as faculdades de observação e de pesquisa, a imaginação, a capacidade de memorizar e classificar, a leitura e a análise de textos e de imagens, a representação de redes, de procedimentos e de estratégias de comunicação.”

Perrenoud

3 TECNOLOGIA EDUCACIONAL

Argemiro Aluísio Karling

O que é?

É a aplicação dos princípios científicos das diversas ciências à educação.

É a aprendizagem e o processo educativo que se fundamentam em teorias da aprendizagem que “explicam o funcionamento mental do aprendiz”.

É o uso de técnicas, estratégias, procedimentos, materiais, recursos, com base científica, para o desenvolvimento da educação e para a aprendizagem.

É o uso de “técnicas adequadas para facilitar a aprendizagem”.

É também o conjunto de materiais equipamentos mecânicos empregados para fins de ensino.

A tecnologia educacional “é o planejamento organizado e a implementação de sistemas de aprendizagem que se utilizam os modernos meios de comunicação, recursos audiovisuais, organização da sala de aula e métodos de ensino”.

Em sondagens feitas junto a acadêmicos de Pedagogia da UEM, em 1990, quando lhes foi colocada a questão: “o que você entende por tecnologia?” obtiveram-se as seguintes respostas:

“Formas de se ensinar algo de maneira facilitada”.

“Curso técnico sobre as bases do ensino”.

“Formas de se trabalhar nas aulas com materiais que facilitem a aprendizagem”.

“São os vários métodos utilizados para se obter conhecimento e o estudo das diversas formas de ensino, da mais simples as mais sofisticada”.

“Aparato de instrumentos específicos de uma determinada ciência que auxilia no desenvolvimento de técnicas diversas a fim de atingir a que essa ciência se propõe”.

“É o aperfeiçoamento das técnicas de um determinado processo para se realizar uma determinada atividade para se fazer bem mais em menos tempo e com muita facilidade”.

“É o profundo conhecimento de uma determinada atividade mediante o uso de princípios científicos”.

“Recursos mais atualizados que ajudam no desenvolvimento da ciência”.

“São as técnicas utilizadas para se aprender com mais facilidade alguma coisa”.

“Maneira mais rápida de se fazer ou alcançar algo”.

“São métodos e técnicas desenvolvidas da melhor maneira possível para se ensinar ou transmitir algo”.

“Instrumental desenvolvido cientificamente que é utilizado pelo homem em diferentes áreas”.

“É o estudo de técnicas que possam vir a ser utilizadas na vida prática”.



Nesta unidade, você aprendeu:

- A atuação do supervisor
- A importância da Formação continuada
- Tecnologia Educacional

ALARCÃO, Isabel. **Professores Reflexivos em uma Escola Reflexiva**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

CARIA, Alcir de Souza. **Projeto político-pedagógico: em busca de novos sentidos**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2011. (Acervo virtual)

FARIAS, Beatriz Bastos de. **Refletindo sobre a ação Supervisora**. Dissertação de Mestrado: Supervisores Escolares: identidades forjadas no cotidiano escolar. ULBRA, 2005.

MELCHIOR, Maria Celina (Org.). **Avaliação para qualificar a prática docente: espaço para a ação supervisora**. Porto Alegre: Premier, 2001.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.) **Projeto-Político Pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas: Papirus, 1995.

UNIDADE COMPLEMENTAR

ENTREVISTA

Objetivo: Preparar o futuro supervisor para o enfrentamento da realidade no contexto do seu trabalho, bem como estimular a análise reflexiva.

Com o objetivo de buscar uma maior interação entre teoria e prática, fortalecendo a prática com os pressupostos teóricos, é que esta unidade se faz necessária.

É preciso o embate entre o que se propõe e o que se realiza, tendo em vista o contexto educacional. Neste sentido, propomos nesta unidade a leitura do depoimento de uma pedagoga e a entrevista com três profissionais da educação (supervisoras escolares).

- supervisora da secretaria da educação;
- supervisora de uma escola municipal;
- supervisora (pedagoga) da rede estadual de ensino.

Os alunos, munidos dos conhecimentos teóricos, já discutidos neste fascículo, deverão elaborar, em grupos, um mínimo de 5 questões para cada profissional (as questões podem ser as mesmas, porém as três entrevistadas precisam responder, pois o trabalho difere de acordo com o contexto).

Após a elaboração das questões, os grupos socializarão para eliminar possíveis repetições.

Aos alunos que não frequentam as aulas, deixamos nosso convite para participarem deste encontro, tendo em vista que poderemos confrontar teoria e prática, analisar e refletir sobre nossas futuras ações no campo da supervisão e, inclusive, vislumbrar possíveis soluções para as dificuldades encontradas nesta árdua profissão.

Contudo, salientamos que esta unidade é complementar e, embora muito importante, o critério da participação fica a critério de cada aluno, responsável primário, por sua aprendizagem.

Tal unidade não implicará diretamente na avaliação, ou seja, não serão utilizadas questões da unidade no exame presencial. Implicará, sobretudo, no aprendizado e na ampliação do conhecimento. Por isso, sugerimos que os alunos que fazem totalmente a distância, e que não pretendem participar deste encontro presencial, solicitem uma entrevista com um supervisor escolar, elaborem questões que julgarem importantes, que

sejam pertinentes ao conteúdo trabalhado e confrontem teoria e prática. Isso, com certeza, enriquecerá os conhecimentos adquiridos.

Que todos tenham um bom rendimento e que o conhecimento seja aprimorado e ampliado continuamente.

Depoimento de uma supervisora escolar

Maria Solange dos Santos

Começo dizendo que o termo supervisão sofreu algumas mudanças no decorrer do tempo. Trabalho no setor educacional há dezoito anos. Fui professora, supervisora e hoje sou Pedagoga, o novo termo utilizado para designar o trabalho pedagógico. Na rede estadual temos a pedagoga e, na rede municipal da maioria das escolas, temos ainda a supervisora e a orientadora educacional.

Terminologias à parte, eu tenho certeza de que o trabalho e a responsabilidade são os mesmos, salvo as exceções peculiares de cada escola e a realidade sociocultural de cada comunidade escolar.

Confesso que quando assumi meu trabalho como pedagoga fiquei muito apreensiva, dado a extensão das competências incumbidas a minha função. Fiquei atônita e como todo bom principiante, questioneei: Será que darei conta de tudo isso? Tinha muitos planos e contava com muita vontade de trabalhar. As funções que me compete, sei todas.

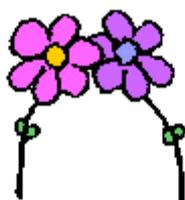
Hoje, após alguns anos de trabalho, deparo-me com outra realidade. Trago algumas frustrações e ainda muitos sonhos. A realidade social e a desestrutura familiar levou para a escola crianças e adolescentes com poucas referências e nenhum limite. Professores despreparados para essa nova realidade e pedagogos que desempenham papel de psicólogos conselheiros e atendentes são o que consigo enxergar na maioria das escolas públicas com as quais tenho contato, inclusive na minha.

Não há espaço para o trabalho de mediação entre supervisor-conhecimento-professor, o que poderia/pode gerar a melhoria da qualidade do ensino-aprendizagem. O supervisor voltou a ser um inspetor, só que agora um inspetor de alunos. Aquele que “acode” os problemas de indisciplina, encaminha alunos para especialistas, faz atendimento a pais e auxilia o professor no domínio da turma. Acompanhar o desenvolvimento e rendimento do ensino-aprendizagem ficou em segundo plano.

Tenho plena consciência de que precisamos resgatar nossa função e cumprir o que prevê a lei. Por isso disse que tenho ainda muitos sonhos. Não desisti de ser supervisora educacional, pois sei da importância de minha função no que diz respeito a melhoria da qualidade da educação, visando a construção de sujeitos que consigam atuar em seu meio com maior autonomia e poder de decisão.

Espero que os futuros supervisores não percam seus sonhos e seus objetivos frente aos empecilhos que enfrentarão. Há muito a fazer pela educação. Vamos em frente.

Caro aluno(a),



“Ninguém é tão grande que não possa aprender, nem tão pequeno que não possa ensinar.”
(Pindoro, poeta romano).

Foi um prazer trabalhar com você!



QUESTÕES DE ESTUDO

1. Conceitue supervisão, destacando as atribuições do supervisor escolar e a relevância desta função na contemporaneidade.
2. O conceito de supervisão escolar sofreu algumas alterações ao longo do tempo, passando por três fases: fiscalizadora, construtiva e criativa. Explique cada uma delas.
3. Faça o resumo indicando a importância da Legislação que regulamenta a profissão do supervisor educacional, da Câmara Dos Deputados Projeto de Lei n.º 4.106, DE 2012 (Do Sr. Ademir Camilo), expondo seu ponto de vista sobre o conteúdo.
4. Escolha três dificuldades e problemas enfrentados pelo supervisor escolar, elencados no item 7.2, e argumente sobre cada um na busca de soluções.
5. No texto “A identidade e atuação do pedagogo no contexto escolar no estado do Paraná” Freitas explicita como é exercida a função de Supervisor escolar no estado do Paraná. Faça uma síntese do texto (mínimo 10 linhas), apresentando os pontos principais.
6. Buscando a definição do papel do supervisor pedagógico, Vasconcelos (2003), começa por aquilo que a supervisão não é. O que não é função de um supervisor escolar, segundo o autor? Você concorda? Justifique seu posicionamento.
7. Faça uma síntese do texto “**Um pouco de história**”. (Mínimo de 10 linhas)
8. Relacione cinco características que um supervisor precisa desenvolver para dar conta dos desafios atuais e explique-as.
9. Qual a diferença entre a ação supervisora tradicional da renovada? Em sua opinião, qual destas práticas as escolas adotam, atualmente? Justifique a sua resposta.
10. Muitas são as ações do supervisor. Escolha três ações que você considera principais e explique-as.
11. Qual o perfil necessário para o supervisor no mundo de hoje?

12. Faça uma síntese, relatando as principais ideias do texto “**O Papel do Supervisor Frente às Novas Tecnologias**” e aponte a importância desta ferramenta no contexto escolar. (Mínimo de 15 linhas).

13. Sabemos que o Projeto Político Pedagógico (PPP) e o regimento escolar são indispensáveis ao bom funcionamento da escola e que cada instituição é responsável pela construção coletiva de ambos. Cite algumas possíveis contribuições do Supervisor escolar neste processo de construção.

14. Qual a importância da tecnologia no trabalho de supervisão?

15. Explique as funções técnicas, administrativas e sociais da supervisão escolar, destacando a importância de cada uma.

16. O supervisor dentro da sua função, deve fazer o diagnóstico das necessidades educacionais, oferecer sugestões e auxiliar o professor na resolução de problemas. Com base no texto “**Funções da supervisão**”, escolha quatro funções da supervisão e descreva de que forma você desenvolveria cada uma das funções escolhidas.

17. Faça uma análise crítica, relacionando o texto “**A prática da supervisão**” à realidade das escolas nos dias de hoje.

18. Faça uma pesquisa na internet sobre a definição de currículo escolar e relate como o currículo está relacionado ao trabalho do Supervisor.

19. Faça uma análise relatando cinco desafios encontrados pelo supervisor, na atualidade? É possível que ele cumpra sua função diante de tais desafios? Justifique sua resposta.

20. Como o supervisor pode tornar seu trabalho construtivo?

21. Diante do que você estudou até o momento, elabore um texto argumentando sobre a importância do supervisor educacional para a escola.

22. De acordo com os seus estudos, apresente as tarefas que o supervisor educacional deve realizar na elaboração do projeto pedagógico.

23. No texto de Cíntia Marantes Rech, a autora destaca que o supervisor escolar deve articular todo o conjunto escolar (professores, alunos, pais, direção, comunidade educativa em geral) e buscar um projeto único. Nessa perspectiva como deve ser o trabalho do supervisor?

24. Explique e se posicione sobre o excerto apresentado no fascículo: “O Supervisor Escolar tem um papel fundamental [...] ser promotor e incentivador das mudanças necessárias na escola, promovendo o diálogo, a reflexão da situação atual da escola, suas necessidades e possíveis ações concretas para democratizar e contextualizar o ensino”.

25. A capacitação profissional continuada é uma ação necessária e urgente a todos os estabelecimentos educacionais. Deste modo, como poderia o supervisor educacional contribuir para que ela ocorra na escola?

26. Assista os vídeos propostos no material complementar disponibilizado no ambiente da disciplina no moodle e responda:

Entende-se que o supervisor escolar dentro da escola deve ser inovador, criativo, ousado e dinâmico, além de buscar alternativas, caminhos e soluções para avançar. Considerando esta afirmação, argumente sobre o papel do supervisor frente às novas tecnologias.

27. O que o supervisor deve propor na elaboração do PP?

28. O que representa o projeto pedagógico para a instituição escolar?

29. Descreva as dificuldades e avanços quanto ao uso da tecnologia educacional nas escolas.

REFERÊNCIAS

- ALARCÃO, Isabel. **Professores Reflexivos em uma Escola Reflexiva**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- ALVES, Nilda (coordenadora): **Educação e supervisão: o trabalho coletivo na escola**. Cortez, 1995.
- CARIA, Alcir de Souza. **Projeto político-pedagógico: em busca de novos sentidos**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2011. (Acervo virtual)
- CUNHA, Aldeneia S. da; Oliveira; Ana Cecília de; Araújo, Leina A. (Org). **A Supervisão no contexto escolar: Reflexões Pedagógicas**. Manaus. UNINORTE; 2006.
- FARIAS, Beatriz Bastos de. **Refletindo sobre a ação Supervisora**. Dissertação de Mestrado: Supervisores Escolares: identidades forjadas no cotidiano escolar. ULBRA, 2005.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo, SP: Editora Paz e Terra, 1998.
- GADOTTI, M. **Pedagogia da práxis**, São Paulo: Cortez, 2004.
- KUENZER, A. **Ensino médio- uma proposta para os que vivem do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2000.
- LIBÂNEO, J. C. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. São Paulo: Loyola, 1984. PIMENTA, S. G. *O pedagogo na escola pública*. São Paulo: Loyola, 1988.
- LIBÂNEO. José Carlos. **Pedagogia e Pedagogos, para quê?** São Paulo: Cortez, 2004.
- LÜCK, Heloísa. **Ação integrada: administração, supervisão e orientação educacional**. 24. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- MELCHIOR, Maria Celina (Org). **Avaliação para qualificar a prática docente: espaço para a ação supervisora**. Porto Alegre: Premier, 2001.
- NERICE, Imidio Guisepe – **Funções da supervisão escolar**- SP, Ática, 1974
- PIMENTA, Selma Garrido. **Questões Sobre a Organização do Trabalho na Escola**. Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_16_p078-083_c.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2010.
- RANGEL, Mary (Org.). **Supervisão pedagógica: princípios e práticas**. 8. ed. São Paulo: Papyrus, 2008. 102 p. (Coleção Magistério. Formação e trabalho pedagógico).
- RODRIGUES, N. **Por uma nova escola: o transitório e o permanente na educação**. São Paulo: Cortez, 1985.
- SILVA JUNIOR; RANGEL (Orgs.). **Novos olhares sobre a supervisão**. Campinas, SP, Papyrus, 1997.

SILVA, T. T. **Currículo Documento de Identidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
VANCONCELLOS, Celso dos Santos. **Avaliação da aprendizagem: Práticas de mudança -por uma Práxis transformadora**. 5 ed. São Paulo: Libertad, 2003.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.) **Projeto-Político Pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas: Papirus, 1995.